

Diálogos

A revista digital do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)
ANO 7 - Edição 3 - Novembro de 2020

irelgov



COMO SERÁ O “NOVO NORMAL” NO PÓS-PANDEMIA?

OS EFEITOS DA PANDEMIA NO BRASIL

O QUE AFETA O FUTURO DAS RELAÇÕES
GOVERNAMENTAIS NO PÓS-PANDEMIA?

A GUERRA DAS VACINAS

RELAÇÕES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

LOBBY VIRTUAL: COMO SERÁ O TRABALHO
DE RELGOV NO NOVO NORMAL?

ELEIÇÕES NOS EUA

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Você, associado IRELGOV, já fez seu cadastro para ter acesso a área exclusiva em nosso site?

Desfrute dos benefícios de ser um associado IRELGOV.

Oportunidades

Artigos e Notícias

irelgov.com.br/associados-home/

irelgov | Instituto de Relações Governamentais

Olá,

*seja bem-vindo(a) à
área exclusiva do
associado*

Vídeos

Cadastre-se aqui!



irelgov

Editorial

Caros leitores,

É com grande satisfação que apresentamos a primeira edição da revista Diálogo sob a liderança do novo Conselho Deliberativo, eleito em 15 de junho, para o biênio 2020-2022, cuja chapa intitulou-se e representa a real Convergência entre seus integrantes. Quando pensamos no time para liderar o Instituto de Relações Governamentais, reunimos profissionais que, para além de suas qualificações e conquistas profissionais, compartilham dos mais altos níveis de integridade e ética. Estamos aqui por um propósito e assim seguiremos até o final do nosso mandato. Nosso compromisso é com o fortalecimento e transformação da nossa profissão, por meio de práticas cada vez mais responsáveis, transparentes e participativas.

O novo Conselho está comprometido em estimular uma escuta ativa e interessada por meio de consultas, pesquisas e engajamento direto nos oito eixos de atividades propostos: (1) Diversidade & Inclusão, (2) Jurídico & Marco Legal, (3) Nacionalização e Entes Subfederados, (4) Empreendedorismo & Transformação Digital, (5) Ensino & Pesquisa, (6) Internacionalização & Parcerias internacionais, (7) Comunicação & Advocacy e (8) Carreira & Futuro do Trabalho. Convidamos a todos a trazer projetos, contribuindo com o tempo disponível, para uma construção coletiva e voluntária. Sonhamos em consolidar o IRELGOV como *Think Tank*, aprofundando o seu ciclo de maturidade institucional, aperfeiçoando controles internos, a profundidade e a pluralidade dos debates, instrumentos de gestão e construindo novas políticas e modelo de governança.

Nas águas turbulentas de um ano tão desafiador para o mundo e, em particular, para os profissionais que desempenham a atividade de relações com governos, destacamos nesta edição algumas pautas que servirão de bússola para nos guiar para o onipresente e cada vez mais aguardado “novo normal”.

Nossa reportagem de capa traz um verdadeiro raio-x sobre a Guerra das Vacinas, seus efeitos geopolíticos e estratégicos na relação entre países, além de uma análise sobre como a pandemia deve transformar a política, a economia e, principalmente, a forma de fazer Relações Governamentais. Também não deixamos de lado temas como a eleição americana e seus possíveis impactos para o Brasil e, em forma de entrevista, um bate-papo com Renard Aron, autor do livro *Lobby Digital - como o cidadão conectado influencia as decisões de governos e empresas*”.

Por fim – mas não menos importante – não deixem de ler e comentar sobre os avanços obtidos no primeiro semestre da nova gestão, que incluem parcerias internacionais, webinários que debateram os mais variados temas da atualidade, a publicação da nossa política de apoio institucional, além de um olhar atento e sensível aos movimentos de diversidade e inclusão em RIG, que aproximam pessoas e “empoderam algumas maiorias historicamente minorizadas: as mulheres, os pretos, as pretas e os LGBTQI+”.

O IRELGOV só existe e se fortalece a cada ano graças ao apoio de cada um de vocês. Participem, divulguem nossas ações e nos ajudem a construir um instituto em constante evolução e representativo de uma profissão fundamental para o fortalecimento da democracia representativa.

Boa leitura.
S&F



Suelma Rosa
Presidente do IRelGov



Fábio Rua
Vice-presidente do IRelGov

EXPEDIENTE #02 ANO 7 – Outubro de 2020

DIÁLOGOS IRELGOV é uma publicação do Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV) Rua Funchal, 203 – cj. 111 Vila Olímpia – São Paulo – SP CEP 04551-904

Fone:
+55 11 98536-0012
E-mail: irelgo@irelgo.com.br

Conselho Deliberativo

Suelma Rosa (presidente)
Fábio Rua (vice-presidente)
Anna Paula Losi – Nacionalização & Entes Subfederados
Creomar de Souza – Ensino & Pesquisa
Diogo Bonomo – Internacionalização & Parcerias Internacionais
Helga Franco – Diversidade & Inclusão
Juliana Celuppi – Empreendedorismo & Transformação Digital
Raul Cury Neto – Carreira & Futuro da Profissão
Valeria Rossi – Comunicação & Advocacy
Wagner Parente – Jurídico & Marco Regulatório

Diretoria de Comunicação

Raquel Fernandes Batista Araujo

Conselho Editorial

Suelma Rosa
Fábio Rua
Valeria Rossi
Raquel Fernandes Batista Araujo

A revista **Diálogos IRELGOV** é editada pela **FBK Comunicação**

Rua Matipó, 290/301 – Santo Antônio – Belo Horizonte – MG – CEP 30350-210
Tel.: +55 31 3286.4214
Email: falecom@agenciafbk.com.br

Jornalista Responsável e reportagens:
Robson Fontenelle (Reg. MG 05197 JP DRT/MG)

Colaboraram nessa edição: Paola Menezes (design gráfico), Valeria Rossi e Raquel Araujo (revisão), Márcia M. Silva Rosa e Julia Lousa (apoio), Maria Amélia Ávila (revisão final).

Foto de capa: Alexandre Brondino-unsplash

Copyright © IRELGOV 2020 – Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Nessa edição

04 **RADAR**
O balanço do que foi realizado nos primeiros meses da gestão Convergência

27 **CAPA**
A guerra das vacinas: contexto político internacional

14 **CAPA**
Futuro pós-pandemia - características e tendências

41 **ARTIGO**
Eleições nos EUA

19 **ENTREVISTA**
Renard Aron conta como é fazer lobby digital no pós-pandemia

43 **ARTIGO**
Profissionais de RelGov analisam a profissão sob o ponto de vista da diversidade e da inclusão

SUMÁRIO

Editorial.....	02	Giro dos Eixos	10
Série Convergência e Novos Diretores	03	Futuro pós-pandemia	14
Parceria Consejo PR.....	04	Os efeitos da pandemia no Brasil	15
Série Relações Governamentais em Perspectiva .	05	O que afeta o futuro das relações governamentais no pós-pandemia?	15
Dicas dos Eixos e Dicas dos Associados	05	Entrevista: Lobby Virtual: como será o trabalho de RelGov no novo normal?	19
Série de Webinários Ciclo Eleitoral nos EUA e Brasil	06	Relações Executivo e Legislativo	25
Associados ganham área de acesso exclusivo no site.....	07	A Guerra das Vacinas	27
IRELGOV lança Política de Apoio Institucional....	07	Artigo: Eleições nos EUA	41
Novo suporte na área de comunicação	08	Artigo: Diversidade e Inclusão	43
Novo endereço	08	ASSOCIADOS IRELGOV	45
Anuário ORIGEM: Parabéns aos 14 associados do IRELGOV premiados.....	09		



Série Convergência e Novos Diretores

(Diego Bonomo), Diversidade & Inclusão (Helga Franco), Empreendedorismo & Inclusão Digital (Juliana Celuppi), Carreira & Futuro da Profissão (Raul Cury Neto), Comunicação & Advocacy (Valeria Rossi) e Jurídico & Marco Regulatório (Wagner Parente). Os ricos debates contribuíram para a formulação coletiva das diretrizes para o biênio 2020/2022.

Nos meses de julho e agosto o então recém-eleito Conselho Deliberativo do IRELGOV promoveu a série de webinários Convergência, exclusiva para os associados. Nos cinco episódios, foram apresentados os eixos temáticos Nacionalização & Entes Subfederados (Anna Paula Losi), Ensino & Pesquisa (Creomar de Souza), Internacionalização & Parcerias Internacionais

A partir das discussões foi feita uma chamada pública aos associados para a apresentação de projetos a fim de criar as novas diretorias e eleitos os diretores.

As gravações dos webinários da série estão disponíveis na **Área do Associado**.

Conheça os novos diretores do IRELGOV eleitos para o próximo biênio:

Nome	Diretoria IRELGOV
CLARICE MOSELE	Operações
GABRIELA SANTOS	Jurídica
JORGE LIMA	Administrativa-Financeira
Nome	Diretoria Eixos
ANDRIEI GUTIERREZ	Empreendedorismo e Transformação Digital
CARLOS PARENTE	Carreira & Futuro da Profissão
DENILDE HOLZHACKER	Ensino & Pesquisa
JULIANA VILLANO	Internacionalização & Parcerias Internacionais
JULIANO GRIEBELER	Marco Regulatório
NAYANA RIZZO	Diversidade & Inclusão
RAQUEL ARAUJO	Comunicação
Nome	Lideranças Eixo
ALEXADRE AMISSI	Nacionalização & Entes Subfederados
ANGELA BATISTA	Nacionalização & Entes Subfederados
LARIANA MUNGAI	Empreendedorismo & Transformação digital
FABIANE LAZZARESCHI	Empreendedorismo & Transformação digital
ANNA BEATRIZ ALMEIDA LIMA	Empreendedorismo & Transformação digital

Radars irelgov



Creomar de Souza
CEO e fundador da Dharma
Political Risk and Strategy



Juan Pablo Ronderos
Sócio e Diretor da MAP Economic
and Business Advisors



Jimena Canda
Gerente de Políticas Públicas
América Latina da Dow

18 ago
/18h

Acordo de cooperação

Lançamento da parceria, debate sobre as relações política e econômica entre Argentina e Brasil: as perspectivas das necessidades mútuas.

Webinar em português e espanhol com inscrição prévia.



#ConsejoPR

irelgov

Parceria

Consejo PR

Consolidando sua missão como *think tank* de relevância no setor de relações governamentais, o IRELGOV firmou acordo de cooperação com o Conselho Profissional de Relações Públicas, o Consejo PR, baseado em Buenos Aires, na Argentina. A parceria, lançada em webinar no dia 18/08, tem como o objetivo a troca de conhecimento e a colaboração em diversos projetos entre as duas entidades na região.

O lançamento contou com a participação de Juan Pablo Ronderos, presidente do Consejo PR e Creomar de Souza, conselheiro do Eixo de Ensino & Pesquisa do IRELGOV, cuja conversa foi mediada por Jimena Canda, gerente de RelGov na DOW Química. Os debatedores apresentaram um panorama da conjuntura político-econômica, das relações comerciais e da integração produtiva entre Argentina e Brasil.

O Consejo PR é uma associação civil que há mais de 60 anos reúne profissionais da atividade, sendo a entidade mais representativa

do setor na Argentina, com mais de 600 membros. Segundo Pablo Cattoni, "o Consejo PR é um espaço de plena contribuição no qual os colegas podem aprender uns com os outros, compartilhando experiências, divulgando boas práticas e ampliando conhecimentos". O Conselho é coordenado em comissões para representar e responder aos diferentes perfis e âmbitos das profissões: Conselho de Administração, Comissão de Consultores, Comissão Corporativa, Comissão de Estudantes e Jovens Profissionais, Comissão do Terceiro Setor, Comissão do Setor Público, Comissão de Educação e Comissão de Média Gerência.

No *release* de divulgação da parceria, o Consejo PR destaca que "consciente e responsável pelo impacto da comunicação no espaço público, o Conselho convida toda a comunidade profissional a fazer parte e a construir juntos o caminho".

A gravação do webinar do lançamento da parceria está disponível na **Área do Associado**.

WEBINÁRIOS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TEMA: RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM PERSPECTIVAS – DOS FUNDAMENTOS AO PERFIL

ONLINE, AO VIVO E GRATUITO

PROGRAMAÇÃO
das 18h30 às 19h30

- 25/8** OS DESAFIOS E OS CAMINHOS DO ADVOCACY NO BRASIL
- 1/9** REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E AS ESTRATÉGICAS DE LOBBY
- 15/9** COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE CRISE COMO FERRAMENTA DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS
- 22/9** O PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GOVERNAMENTAIS DO SÉC. XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
- 29/9** O PAPEL DOS THINK THANKS NAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

INSCREVA-SE!

ESPM irelgov
Instituto de Relações Governamentais

Série Relações Governamentais em Perspectiva

A parceria entre o IRELGOV e a ESPM tem dado bons frutos. Sob a coordenação dos professores Denilde Holzacker e Creomar de Souza e da conselheira Valeria Rossi – com o suporte da Diretoria de Comunicação, foi realizada, entre 25/08 e 29/09, a série de webinários Relações Governamentais em Perspectiva.

Voltada para os alunos do Curso de Relações Internacionais da ESPM – mas também aberto a todos os associados e público externo – a série abordou aspectos básicos da profissão para os futuros *relgovs*, como fundamentos de *advocacy*, *lobby*, comunicação de crise e o papel dos *think tanks*.

Estudantes, professores e profissionais de RelGov participaram intensamente dos debates que, a cada encontro, apresentaram as principais perspectivas teóricas e as práticas de mercado por profissionais reconhecidos. Dentre os convidados que contribuíram com suas ideias estão Andrea Gozetto, Silvia Fagnani, Marcello Baird, Laís Thomaz, Carlos Lima, José Luiz Pimenta Jr., Patricia Guimarães Gil, Felipe Seligman, Valéria Rossi, Anna Almeida, Raul Cury, Ana Regina Falkembach Simão, Roberta Braga, Julia Dias Leite e Saulo Nogueira.

As gravações dos webinários da série estão disponíveis na **Área do Associado**.

Dicas dos Eixos e Dicas dos Associados

O IRELGOV publica semanalmente as DICAS DOS EIXOS ou DICAS DOS ASSOCIADOS. São sugestões de artigos, livros, filmes, séries, entre outros formatos e veículos, dadas por conselheiros, diretores e associados para seguidores dos perfis do instituto nas redes sociais.



A sugestão publicada sempre tem conexão com um dos eixos que fazem parte do modelo de gestão implementado pelo IRELGOV.

Já deu a sua contribuição? Mande suas ideias para **irelgov@irelgov.com.br** mencionando a dica, bem como uma breve frase sobre sua relevância e o porque gostaria de sugeri-la ao Instituto.

CICLO ELEITORAL NOS EUA E BRASIL

O sistema político americano

20 out | 18h
online, ao vivo e gratuito

Carlos Gustavo Abrão Neto Roberta Braga

Suelma Rosa
Moderadora

ESTAMOS AO VIVO!

Atlantic Council
ADRIENNE ARSHT
LATIN AMERICA CENTER

irelgov

Série de Webinários Ciclo Eleitoral nos EUA e Brasil

CICLO ELEITORAL NOS EUA E BRASIL

.....

SAVE THE DATE

10 nov | 18h

Ciclo Eleitoral Estados Unidos e Brasil: O Impacto das Eleições de 2020 para o Brasil

online, ao vivo e gratuito

Atlantic Council
ADRIENNE ARSHT
LATIN AMERICA CENTER

irelgov

Para discutir a questão eleitoral nos Estados Unidos e no Brasil, o IRELGOV promoveu de 20/10 a 10/11 a série de encontros virtuais “O Ciclo Eleitoral nos EUA e Brasil”. Foram quatro webinários, dois sobre eleições nos EUA a fim de conhecer o sistema político americano, compreender o sistema eleitoral para a eleição presidencial e legislativa, bem como o papel do financiamento de campanha. Outros dois webinários trataram das eleições no Brasil, o primeiro analisando o impacto das eleições de 2020 nos EUA para o nosso país bem como o papel das eleições municipais no Brasil, e outro, especial, sobre as eleições municipais brasileiras sob a ótica da diversidade. Os webinários com temas

que envolvem as eleições nos EUA e os impactos no Brasil foram fruto de uma parceria com o *think tank* americano Atlantic Council. O que analisou as eleições sob a ótica da diversidade foi uma iniciativa do Eixo de Diversidade & Inclusão. O eventos foram exclusivos para os convidados do Atlantic Council e associados do IRELGOV.

Entre os participantes convidados estavam Carlos Gustavo Poggio, Abrão Neto, Roberta Braga, Suelma Rosa, Luis Miranda Jr., Maria Elena Salinas, Henry Cuellar (Representante dos Estados Unidos D-TX-28), Terry McAuliffe (ex-governador da Virgínia), Francis Rooney (Representante dos Estados Unidos R-FL-19), Jason Marczak, Irina Bullara, Mafoane Odara, Toni Reis, Nayana Rizzo, Maurício Moura, Bruno Carazza e Patrícia Mello.

As gravações dos webinários da série estão disponíveis na **Área do Associado**.

Radar irelgov



Associados ganham área de acesso exclusivo no site

No mês de setembro os associados IRELGOV ganharam uma área de acesso exclusivo no site onde podem encontrar as atas de reuniões do Conselho, artigos exclusivos, webinários gravados, oportunidades e, futuramente, a relação de associados e contatos que queiram participar de *network*. Com a nova área, o Conselho pretende

dar mais transparência à governança do Instituto, ao mesmo tempo em que oferece benefícios exclusivos aos associados. Na área, por exemplo, estão disponíveis todos os webinários realizados, como os da Série Relações Governamentais em Perspectiva, a parceria IRELGOV & Consejo PR e o Ciclo Eleitoral nos EUA e Brasil. [Área do Associado](#)

IRELGOV lança Política de Apoio Institucional

Em setembro também foi lançada a nova política de Apoio Institucional do IRELGOV. O documento passou por consulta pública dos associados e contém as diretrizes de apoio e patrocínio. A medida normatiza e dá transparência às ações e eventos que levam a assinatura do IRELGOV. [Acesse a Política de Apoio Institucional e de Ensino e Pesquisa](#)

Conheça
nossa política
de apoio
institucional.

irelgov



+

PAOLA ÁRVORE
MENEZES & DESIGN

Novo suporte na área de comunicação

Desde agosto, o Instituto conta com a parceria FBK Comunicação + Árvore de Design para atender às demandas de comunicação. A agência, contratada por meio de uma concorrência, está encarregada de atuar no planejamento de comunicação interna e externa, na atualização da identidade visual, no novo projeto editorial gráfico e jornalístico da Revista Diálogos (a partir do próximo número), na gestão das redes sociais, no planejamento estratégico e na criação das campanhas e das novas peças de comunicação. A **FBK**, com seus 26 anos de experiência no mercado de comunicação integrada, coordenada pelo jornalista e publicitário Robson Fontenelle, e a

Árvore de Design, com seus mais de 20 anos de experiência da designer Paola Menezes, trazem inovação e conceitos como o *design thinking* e *branding* estratégico para posicionar o IRELGOV de forma a crescer em relevância e número de associados. Muitas novidades vêm por aí. A identidade visual das campanhas nas redes sociais já trazem elementos que vêm sendo introduzidos na comunicação do Instituto de forma a reforçar a presença e a identidade da marca. O propósito da marca ganhou relevância com os Eixos que serão ainda mais valorizados. Até janeiro a nova identidade visual estará expressa nas comunicações, veículos e peças institucionais do IRELGOV.

O IRELGOV
está em novo
endereço!

O Instituto está na
Rua Funchal, 203
cj. 111 - Vila Olímpia
CEP 04551-904

irelgov

Novo endereço

O IRELGOV tem novo endereço desde o dia 10 de setembro. Devido à pandemia, o espaço de *cowork* em que o Instituto estava sediado encerrou suas atividades e foi preciso fazer a mudança para outro lugar. Agora o IRELGOV está sediado à Rua Funchal, 203, Cj 111 – Vila Olímpia – SP – Capital – CEP 04551-904. O telefone permanece o mesmo: +55 11 98536-0012.



Associados premiados prestigiaram o evento do Anuário Origem, em São Paulo.

Anuário ORIGEM: Parabéns aos 14 associados do IRELGOV premiados

Dos 20 profissionais de RIG agraciados com o Prêmio Origem em 2020, 14 são associados do IRELGOV. O Instituto parabeniza a todos por somar na nossa missão de Dialogar para Transformar!

Anna Paula Losi - Diretora Executiva da AIPC;

Bruno Perman - Sócio da Perman Advogados;

Creomar de Souza - CEO e Fundador da Dharma Political Risk and Strategy;

Eduardo Galvão - Diretor de Relações Governamentais, BCN Burson Cohn & Wolfe;

Erik Camarano - Senior Director Government Affairs LATAM - Biomarin

Fábio Rua - Head, Government & Regulatory Affairs - IBM Latin America;

Grazielle Parenti - Diretora Global de Relações Internacionais BRF;

Helga Franco - Head of Institutional Affair and Government Relations, Nestlé;

Juliana Celuppi - Sócia Diretora da Celuppi Advogados / Radar Governamental;

Kelly Aguilar - Diretora Associada de Relações Governamentais, MSD Brasil;

Marina de Paula - Sócia-Diretora da Patri;

Rodrigo Almeida - Sócio da BMJ;

Rodrigo Navarro - Presidente Executivo da ABRAMAT;

Suelma Rosa - Diretora de Relações Governamentais da DOW.

Giro dos Eixos



Giro dos Eixos

A partir desta edição publicaremos a seção Giro dos Eixos. A gestão atual do IRELGOV trabalha ancorada em oito temas que já se encontram em plena atividade.

Conheça cada um dos eixos que compõem o Conselho do IRELGOV, sua equipe de trabalho e seu foco principal, todos discutidos e avaliados em conselho, de forma a agregar na divulgação da relevância do papel do profissional de RelGov no país:

Giro dos Eixos

DIVERSIDADE & INCLUSÃO

Equipe: Helga Franco, Nayana Rizzo Sampaio, Cibele Perillo, Marcele Adames, João Marques, Veronica Horner Hoe, Erik Camarano, Irina Cezar, Leon Rangel e Patricia Dias.

O **eixo Diversidade & Inclusão** possui dois grandes desafios:

- Como ampliar o diagnóstico e a sensibilização sobre conceitos de diversidade e inclusão;
- Como reconhecer e desenvolver os representantes e embaixadores da temática.

Várias ações estão sendo implementadas tendo em vista os desafios. A próxima edição da Revista Diálogos terá como tema principal as discussões sobre Diversidade e Inclusão.

ENSINO & PESQUISA

Equipe: Creomar Souza, Denilde Holzacker, Fernanda da Costa, Ivan Ervolino, Jackson de Toni, Pablo Cesário, Raquel Colsera, Raquel Almeida, Rodrigo Navarro e Saulo Nogueira.

O **eixo Ensino & Pesquisa**, além de promover a convergência com os outros eixos, tem como destaque cinco desafios:

- Promover o debate conceitual e técnico na área;
- Estimular o aprendizado de habilidades e competências profissionais;
- Incentivar a produção sobre temas da área, nos âmbitos acadêmico e técnico-profissional;
- Compartilhar a troca, pesquisas e estudos entre os associados e membros da comunidade de RIG;
- Apoiar cursos e eventos em consonância com as políticas do IRELGOV.

Uma das primeiras ações do eixo foi a realização da série de webinários abordando os fundamentos da profissão, realizada em parceria com a ESPM.

INTERNACIONALIZAÇÃO & PARCERIAS INTERNACIONAIS

Equipe: Diego Bonomo, Juliana Villano, Clarice Mosele, Bernhard Smid, José Pimenta, Lucas Lorini e Juliana Cruz.

O **eixo Internacionalização & Parcerias Internacionais** possui três grandes desafios:

- Posicionar o IRELGOV como referência internacional em *think tank* na área de Relações Governamentais;
- Disseminar boas práticas de *advocacy* entre o Brasil e outras regiões;
- Reforçar a atuação internacional do IRELGOV.

Uma das primeiras ações realizadas foi o convênio com o Consejo-PR, da Argentina, possibilitando o trabalho conjunto das instituições.

EMPREENDEDORISMO & TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Equipe: Juliana Celuppi, Andriei Gutierrez, Fábio Rua, Fabiane Lazzareschi, Anna Beatriz Almeida Lima e Lariana Mungai.

O **eixo Empreendedorismo & Transformação Digital** tem o desafio de desenvolver ações que gerem inovação para a área de relações governamentais por meio da análise de dados e criação de soluções digitais. Duas ações básicas vêm sendo desenvolvidas:

- Manual Tecnologia e Gestão em RIG, construção colaborativa já em andamento (*digitalskills*);
- *HACKATHON* – evento para geração de um *software* que auxilie na gestão de RelGov, agendado para 2021.

Giro dos Eixos

COMUNICAÇÃO & ADVOCACY

Equipe: Valeria Rossi e Raquel Araujo (Comunicação)

Três grandes desafios impulsionam o **eixo Comunicação & Advocacy**:

- Ampliar o reconhecimento do IRELGOV como *think tank*;
- Trabalhar em prol do reconhecimento e reputação dos profissionais de *lobby* e relações governamentais;
- Buscar o fortalecimento de marca institucional do IRELGOV.

Para possibilitar isso, várias ações estão sendo realizadas tanto no campo da comunicação interna quanto no da comunicação externa. Planejamentos específicos visando o posicionamento da marca e melhorias nos usos dos canais de comunicação estão sendo desenvolvidos e implementados, buscando maior eficácia. O uso das redes sociais, dos materiais de comunicação e as mudanças implementadas nesta revista fazem parte deste conjunto de ações.

CARREIRA & FUTURO DA PROFISSÃO

Equipe: Afonso Lamounier, Anna Beatriz, Carlos Parente, Eduardo Calderari, Grazielle Parenti, José Luis Pimenta Jr, Juliana Cruz, Raquel Almeida, Raul Cury, Renard Aron, Roberta Rios, Rodrigo Navarro.

O **eixo Carreira & Futuro da Profissão** tem dois desafios principais, além de apoiar todos os demais eixos da atual gestão:

- Promover um *networking* mais efetivo entre associados;
- Ampliar o conhecimento sobre a carreira e a profissão por meio da promoção de eventos.

JURÍDICO & MARCO REGULATÓRIO

Equipe: Wagner Parente, Juliano Griebeler, Sílvia Fagnani, Sílvia Abud, Cláudio Timm, Maurício Wanderley, Gabriela Santos de Santana, Leonardo Racy e Raffa Bernardi.

Dois ações são principais entre os objetivos do **eixo Jurídico & Marco Regulatório**:

- Contribuir para o debate a respeito da regulamentação da profissão de relações institucionais e governamentais, gerando estudos e informações;
- Acompanhar as ações do governo e ajudar o Instituto a se posicionar sobre o tema sempre que possível e necessário.

NACIONALIZAÇÃO & ENTES SUBFEDERADOS

Equipe: Ana Paula Losi, Alexandre Amissi e Ângela Oliveira.

O grande desafio deste eixo é promover a nacionalização do IRELGOV para outros entes subfederados. Dois estados foram definidos como prioritários para o ano de 2020: Bahia e Minas Gerais. São três as ações propostas:

- Levantamento dos profissionais que atuam nessas regiões;
- Divulgação do IRELGOV nos fóruns regionais de profissionais de RelGov;
- Realização de eventos *on-line* com temas de interesse de profissionais que atuam regionalmente.

DICAS DOS ASSOCIADOS

Associado, queremos sua dica de leitura dentro de um dos eixos:

**JURÍDICO &
MARCO REGULATÓRIO**

**ENSINO &
PESQUISA**

**INTERNACIONALIZAÇÃO &
PARCERIAS INTERNACIONAIS**

**EMPREENDEDORISMO &
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

**COMUNICAÇÃO &
ADVOCACY**

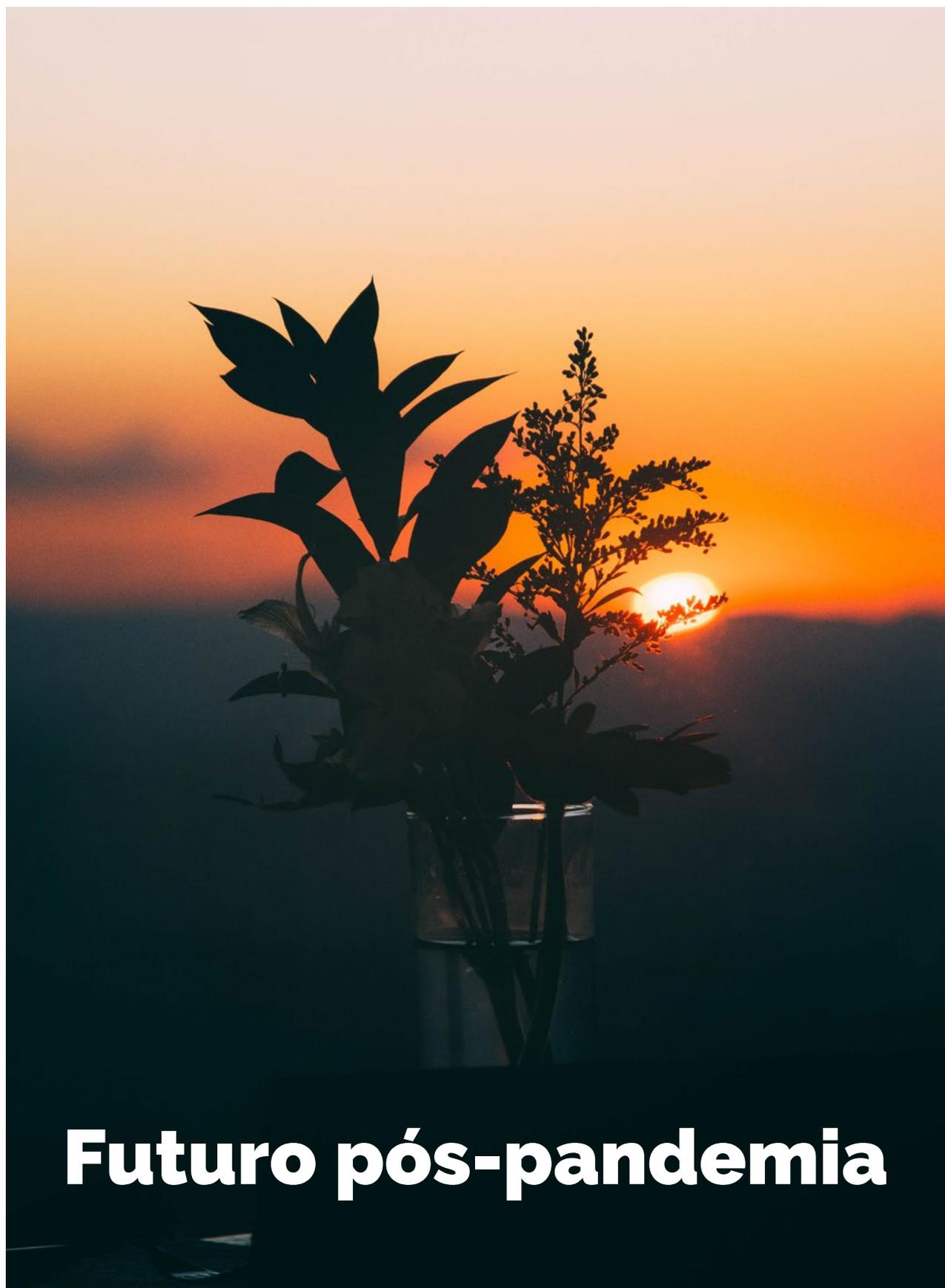
**NACIONALIZAÇÃO &
ENTES SUBFEDERADOS**

**CARREIRA &
FUTURO DA PROFISSÃO**

**DIVERSIDADE &
INCLUSÃO**

Envie sua dica para irelgov@irelgov.com.br mencionando o título e autor(a), bem como uma breve justificativa sobre sua relevância e o porque gostaria de sugeri-la como leitura.

The logo for irelgov, featuring a teal dot above the 'i' and the text 'irelgov' in a white serif font.



Os efeitos da pandemia no Brasil

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia sob a pandemia de um novo Coronavírus, o SARS-COV-2, foram iniciadas, mundialmente, as medidas de contenção do vírus. A maioria determinou quarentena. A economia parou com as pessoas em casa, sem entender direito o que estava acontecendo. De lá para cá o Brasil já confirmou mais de 162 mil mortes e 5,6 milhões de diagnósticos de COVID-19 (dados divulgados até o fechamento desta edição).

Hoje, enquanto Itália, França, Suíça e outros países da Europa começam a viver uma segunda onda de infecções pela doença e voltam a se fechar, no Brasil, motivados pelos números, estados e municípios se abrem. E a economia começa a mostrar que pode se recuperar. O comércio já comemora a *Black Friday* e estima maiores vendas para o Natal, considerando que será mantida a recuperação de 1,8% no Dia das Crianças em relação ao Dia dos Pais. O setor de serviços aponta crescimento, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, divulgados em outubro. A indústria ainda sofre com a falta de disponibilidade de matérias-primas no mercado nacional (68%) e o aumento dos preços (82%), segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada em outubro. 31% das indústrias relataram altas acentuadas nos custos dos insumos que, em algum momento, terão que ser repassados aos consumidores.

O que afeta o futuro das relações governamentais no pós-pandemia?

Que o dia 11 de março de 2020 mudou o mundo ninguém tem mais dúvidas. Elas estão agora, em como serão as relações humanas, comerciais, trabalhistas, profissionais, internacionais e federadas; na educação, na cultura, no turismo, no esporte, na política e nas relações governamentais. Essa discussão tem sido a tônica de debates, webinários, congressos da ONU e, quem diria, até de bate-papos entre amigos, seja via web ou em bares e restaurantes recém abertos pelo país. O que se tem de fato são algumas mudanças de comportamento que apontam para uma nova postura no futuro. Abaixo, a Diálogos destaca algumas áreas da vida cotidiana que foram afetadas pela pandemia e que devem ser levadas em consideração por todos os profissionais que trabalham na defesa de interesses.

Foco sobre o feminino

O isolamento social serviu de lente de aumento para a sociedade como um todo perceber como andava sua própria qualidade de vida. Durante a pandemia, o que se verificou foi a agudização de diversos sinais e sintomas que a sociedade já sentia mas fingia não perceber. Pais e mães se viram obrigados a, da noite para o dia, lidar com os filhos, as tarefas domésticas, o ensino *on-line* e o trabalho: tudo junto e ao mesmo tempo. A professora doutora Valeska Zanello, do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, coordenadora do grupo de pesquisa do CNPQ, Saúde Mental e Gênero, conta que as mulheres se viram numa

situação extremamente estressante: “a carga de trabalho e responsabilidade durante a pandemia cresceu a ponto de levar 80% das mulheres brasileiras ao sofrimento. O sofrimento mental, no Brasil, também virou pandêmico”. A pesquisa da professora destaca que o sexismo, o machismo, a objetificação da mulher durante a pandemia cresceram muito, conforme se observa nos grupos de mensagens entre homens neste período. Pior:

“ muitas mulheres se colocaram em situação de se subjugar a continuar vivendo casamentos abusivos por, neste momento, estarem completamente dependentes e sem chances de se libertar. Se ela resolver sair de casa, ela vai pra onde? No pós-pandemia teremos muitas separações. Muitas mulheres de classes mais altas que terceirizavam seus trabalhos e responsabilidades, neste período pandêmico, tomaram consciência de gênero porque sentiram a falta dessas terceiras e tiveram que vivenciar esses afazeres. A partir daí elas perceberam a importância de pensar nisso e houve uma mudança de postura da mulher em todas as classes. E isso vai refletir no mundo pós-pandemia ”

Valeska Zanello

Departamento de Psicologia Clínica
da Universidade de Brasília

Compras *on-line*: redução de despesas e revisão de necessidades

Outro reflexo dessa lente de aumento jogada sobre a hiper-convivência durante o isolamento social é que, não apenas por uma questão de economia devido à queda do poder de compra, mas também por uma tomada de consciência, as pessoas passaram a rever suas necessidades. Tudo aquilo que não era básico para a sobrevivência começou a ter sua necessidade questionada. Assim, houve também uma tomada de consciência que reordenou os valores, necessidades e desejos de compra. Mudou completamente as relações de consumo. O consumidor percebeu que fazer compra *on-line* é mais barato que em lojas físicas; está optando pela compra de itens essenciais, como alimentos, bebidas, medicamentos e reduzindo itens supérfluos.

De março para cá o *e-commerce* no Brasil experimentou um incremento vertiginoso. Dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABCOMM) apontam que houve um crescimento de 70% no faturamento do *e-commerce* quando comparado com o mesmo período do ano passado. Mais de 150 mil novas lojas aderiram ao comércio *on-line* para continuar vendendo e se manter no mercado. O *Relatório Setores do e-commerce no Brasil*, editado pela Conversion, mostra que, em setembro, as maiores lojas virtuais brasileiras registraram a marca de 1,21 bilhão de acessos. Foi um período de queda em relação ao último mês (-4,8%), mas de aumento na comparação com o ano anterior (+4,3%). Os setores que mais cresceram de fevereiro para cá foram o de Pets (71%), Comidas & Bebidas (56%) Casa & Móveis (49%), Moda & Acessórios (42%) e Farmácia & Saúde (38%). A expectativa do setor é que em outubro haja um incremento de 0,5%, o que levaria o número para o patamar de 1,22 bilhão de acessos. Pesquisa da consultoria McKinsey aponta

Capa

que no Brasil 40% dos consumidores pretendem fazer mais compras *on-line* pós-pandemia, 35% das pessoas dizem que vão reduzir as idas a lojas físicas. Esse comportamento tende a permanecer.

Comportamento mais sustentável e de apoio ao próximo

A pandemia também trouxe uma tomada de consciência para um comportamento mais sustentável. As pessoas passaram a olhar para seu lixo, observando volume, tipo, e muitos consumidores passaram a enxergar suas compras de uma forma mais responsável. Passaram também a ter uma preocupação maior com o próximo, se reconectando às pessoas. Empresas social e ambientalmente responsáveis passaram a ser mais valorizadas pelos clientes. Muitas pessoas passaram a comprar de produtores locais, com o objetivo de fortalecer a economia regional. "Acredito que o futuro do consumo é consumir menos. Estamos preenchendo vazios existenciais com compras, um excesso de consumo compensatório. Desapego, coerência e verdade passaram a ser as palavras do momento", explicou o professor e fundador da Keep Learning School, Murilo Gun, durante o painel da Expert XP 2020, ocorrido em julho.

O atendimento humanizado passou a ser ainda mais necessário no pós-pandemia. O novo comportamento de compra define essa necessidade de estar mais próximo do cliente, interagindo e oferecendo conteúdos relevantes no pós-venda. Segundo Melissa Vogel, CEO da Kantar, "um dos grandes desafios das marcas é coerência, é como se manter relevante e com propósito. Os consumidores esperaram que as marcas fossem direcioná-los. O que as marcas estão fazendo para

garantir a segurança? A marca não pode ser oportunista nem deixar de conversar e investir no consumidor. As marcas precisam cada vez mais de narrativas conscientes em todas as plataformas. O consumidor está cada vez mais crítico e consciente, preocupado com seu futuro", acredita.

Relações de trabalho em cheque

A flexibilidade nos horários e locais de trabalho propiciada pelo trabalho remoto acabou sendo necessária para o distanciamento social e deverá permanecer mesmo depois da pandemia. Pesquisa do IBM Institute for Business Value (IBV) aponta que 52% dos brasileiros entrevistados desejam continuar trabalhando em casa ou com idas ocasionais ao local de trabalho. 25% querem voltar ao trabalho nas empresas com a possibilidade de poder trabalhar de casa. Apenas 10% querem voltar a trabalhar todos os dias no escritório.

“ O futuro, entretanto, depende das respostas que a sociedade global der, que podem variar desde valores e crenças individualistas a coletivistas, a enfoques econômicos centrados na acumulação ou no bem-estar comum. ”

Luis Guadagnin
Professor do Departamento de Ecologia da UFRGS.

Aldeia global – do micro para o macro – e vice-versa

O mundo viu reações populares pró-democracia em Hong Kong, no Chile, na Tailândia. Observou reações contra o racismo, iniciadas nos Estados Unidos e propagadas por todo o mundo com o lema “Vidas Negras Importam”, movimento importante que teve papel de destaque na eleição de Joe Biden. Viu o incremento da tensão entre Armênia e Azerbaijão, na região do Cáucaso, levando Rússia, Estados Unidos e França a se oporem à Turquia. Percebeu China e Índia se estranharem por conta de fronteiras, o mesmo acontecendo com Paquistão e Afeganistão numa luta que se arrasta desde 2017.

O professor do Departamento de Ecologia da UFRGS, Luis Guadagnin, em artigo publicado no site Campo Grande News, diz que “o contexto socioambiental global é o envelope da pandemia, condicionando, circunscrevendo possibilidades. Esse contexto se caracteriza hoje pela reorganização da geopolítica da produção, do consumo e do poder, uma resposta sistêmica aos limites do crescimento econômico e ao risco iminente de decréscimo e colapso. Limites esses estabelecidos por recursos que se esgotam rapidamente e pela corrosão da estabilidade climática na qual se assenta o modo de vida moderno. Esse contexto vai impor mudanças radicais que são inevitáveis. O futuro, entretanto, depende das respostas que a sociedade global der, que podem variar desde valores e crenças individualistas a coletivistas, a enfoques econômicos centrados na acumulação ou no bem-estar comum”.

O profissional de RelGov pode participar da grande mudança de *mindsets*

Em entrevista à revista Diálogos, Lucas Alcântara, diretor do Centro da Quarta Revolução Industrial, afiliado ao Fórum Econômico Mundial, alerta que o futuro pós-pandemia é balizado pela mudança de *mindset* do mundo que passa a ser baseado em colaboração.

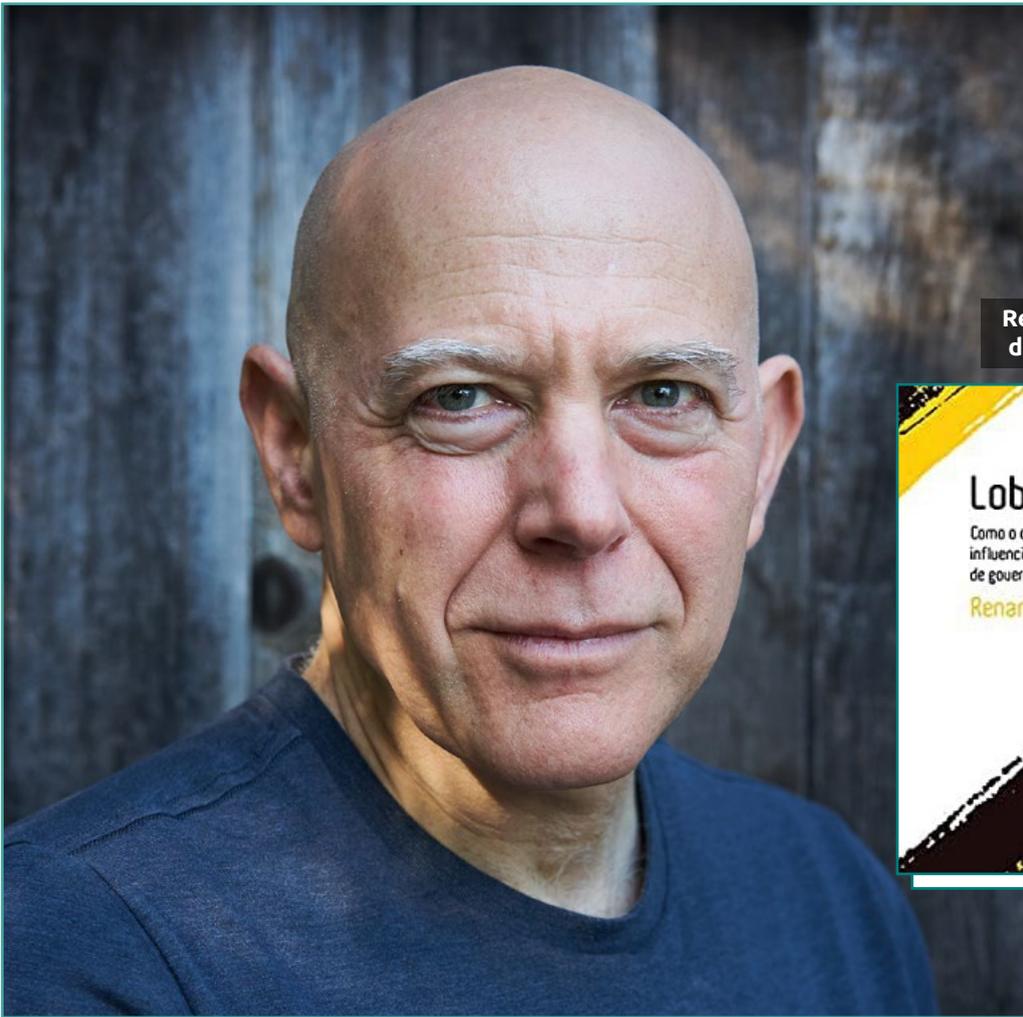
Lucas explica que “na lógica da cooperação e da colaboração, o profissional de Relações Governamentais precisa sair de dentro da sua organização para alcançar a sociedade civil organizada, seja nas associações que forem. Mas é muito importante também que ele busque: tem o IRELGOV, a ABRIG e uma série de entidades que tem se aberto para discussões importantes, para que esse profissional possa, a partir delas, se qualificar para entender melhor quais são as questões que estão em voga no país. E que a partir daí ele gere um impacto mais significativo na sua organização e na sociedade”.

“ Nós promovemos uma discussão mais ampla: a visão de que o profissional de relações governamentais passe para empresa que ele representa, como pode construir uma estratégia e relações governamentais que não vão funcionar por um ano ou por 10 anos. Mas que vá construir a reputação daquelas empresas por mais décadas e gerar valor, não só para acionista, mas para toda sociedade. ”

Lucas Alcântara

Diretor do Centro da Quarta Revolução Industrial.

Entrevista



Renard Aron: Lobby digital é tendência.



Lobby Virtual: como será o trabalho de RelGov no novo normal?

Antes mesmo da pandemia e da chegada de um “novo normal”, as relações governamentais já vinham sendo repensadas. Como vai se dar o relacionamento que é tão *tête-à-tête*, mas que com o distanciamento social teve que ser virtualizado? Quem responde esta, entre outras perguntas, é o escritor, palestrante, consultor e profissional de Relações Governamentais Renard Aron, que aborda o assunto em seu livro, recém lançado em um evento, parceria entre IRELGOV e ABERJE: “Lobby Digital - Como o cidadão conectado influencia as decisões de governos e empresas”. Com mais de 25 anos de experiência profissional em relações com governo, *public affairs* e cidadania corporativa no Brasil e nos EUA, tendo trabalhado para grandes multinacionais e entidades de classe, Renard, com sua experiência, aponta um caminho sem volta e que já é real e muda a forma de agir dos RelGov.

Entrevista

Revista Diálogos - Pode nos contar um pouco sobre o seu histórico de trabalho? Como um geólogo foi atuar em relações governamentais?

Renard Aron - Meu histórico é um pouco diferente porque eu venho da área técnica. Me formei em Ciências Geológicas, pela UERJ, no Rio de Janeiro, e depois em Engenharia Geológica, pela Montana Tech, em Montana, nos Estados Unidos. Trabalhei na área por uns quatro, quase cinco anos, em exploração de ouro. Depois eu fui para Washington fazer meu *MBA* e foi lá que fui realmente exposto, pela primeira vez, ao governo. Inclusive, meu primeiro estágio foi no departamento de comércio americano, o MDIC, o nosso ex-MDIC. E de lá fui para a câmara de comércio americana, a CNI brasileira, trabalhando com Brasil-Estados Unidos. Depois, atuei num escritório brasileiro de *lobby* em Washington, que é sediado em Brasília. De lá fui trabalhar por conta própria representando interesses brasileiros no congresso americano: um negócio super bacana que durou uns três anos mas depois o *cash flow* não me sustentou. E aí é que fui para a indústria farmacêutica, trabalhar para *PhARMA*, entidade de classe que representa a indústria de pesquisa farmacêutica em Washington, onde o meu foco era a América Latina. De lá fui contratado pela Novartis, empresa Suíça, onde também trabalhei cobrindo América Latina. Um dia o presidente da Novartis Brasil me convidou para assumir a área de *RelGov* e *Public Affairs* da empresa. Foi assim que eu saí de Washington e voltei para o Brasil. Passei quase quatro anos com a Novartis no Brasil e depois fui para a Johnson & Johnson, uma indústria farmacêutica americana, enorme aqui. Passei mais uns quase

seis anos na Johnson & Johnson, primeiro como responsável do Brasil, depois como responsável de *RelGov* para a América Latina. Há dois anos a gente decidiu voltar para os Estados Unidos. Saí da Johnson & Johnson, acabei de escrever meu livro e aqui nós estamos agora.

Revista Diálogos - Quais são as principais mudanças do antes para o agora, para o novo normal? O que muda no relacionamento com o governo?

Renard Aron - Eu tenho uma visão pouco distinta, porque eu separo esta fase que nós estamos passando agora como, digamos, uma fase um pouco maior. O meu livro tem a ver com o maior e não com o momentâneo. O momentâneo, devido à pandemia, é realmente uma transição. É mais um deslocamento das relações que antes eram o *one-on-one*, no gabinete de deputados e ministros, secretários, uma reunião numa agência como ANVISA, ANATEL. E isso agora foi deslocado para o Zoom, por exemplo. Então a reunião que antes era presencial passou a ser virtual, digital. Não muda muito do meu ponto de vista. Obviamente é mais fácil você ter uma reunião digital, virtual, via plataforma se você já tinha um relacionamento com questões que vão ter que ser condicionadas. Mas assim que a pandemia acabar, volta, talvez não a ser 100% o que era. Para quê ficar viajando a Brasília o tempo todo se você pode fazer uma reunião via Zoom? Mas a lógica da reunião não muda. Se a gente fala de *Lobby Digital*, que é o título do meu livro, aí sim a lógica mudou. Porque os atores mudaram, a dinâmica do processo mudou. A lógica do processo muda. Tudo muda. Se você pegar a lógica da reunião *one-on-one* e tentar transferir essa ló-

“O momentâneo, devido à pandemia, é realmente uma transição. É mais um deslocamento das relações que antes eram o *one-on-one*, no gabinete de deputados e ministros, secretários, uma reunião numa agência como ANVISA, ANATEL. E isso agora foi deslocado para o Zoom, por exemplo.”

Renard Aron
Escritor e *RelGov*.

gicamente transferir essa lógica para o momento atual, talvez não seja possível. Mas a lógica da reunião *one-on-one* e tentar transferir essa ló-

Entrevista

gica para o mundo digital, você dança. Você vai lá defender seu ponto de vista dizendo a ele: olha aqui está a minha visão sobre o que está sendo discutido no Congresso. Não é assim que funciona no digital. A lógica é muito mais emocional: você não tem esse tempo todo para sentar com alguém 20, 30 minutos ou uma hora para poder ter uma conversa técnica. Não! Você tem x segundos ou até milissegundos. Tem que chamar a atenção do cidadão que é o novo *stakeholder* dessa conversa porque senão ele não mostra que tem interesse... Então, a lógica no digital é totalmente diferente. É disso que o livro trata.

Revista Diálogos - E nesse *lobby* digital, o que é que muda? Porque o primeiro grande impacto é o seguinte: quem já está estabelecido nas relações governamentais conhece os atores. Então, de alguma forma, já tem uma entrada. Para quem está entrando ou para quem não transitava em determinados assuntos, para começar a ter esse trânsito, tem aí uma certa dificuldade. Como seria?

Renard Aron - O *lobby* digital não vem para substituir o tradicional. Ele vem adicionar. Inclusive o *lobby* digital tem que fazer parte de uma estratégia do *lobby* tradicional. Quando que você começa ele tem que fazer sentido dentro do processo legislativo ou de uma audiência pública numa agência regulatória. Então, a primeira coisa é que o digital não substitui o tradicional. Os atores tradicionais continuam aí e quem está entrando hoje no processo vai lentamente se envolver e estabelecer as relações. Se você pensar numa empresa, numa organização, ONG, você vai ter a pessoa mais sênior, que vai ter as relações, e o entrante que vai aprender e vai desenvolver sua própria rede de contatos. Isso não muda. O que muda são os novos *stakeholders* que não são os tradicionais. Então, quando a gente pensa

“O *lobby* digital não vem para substituir o tradicional. Ele vem adicionar. Inclusive o *lobby* digital tem que fazer parte de uma estratégia do *lobby* tradicional.”

Renard Aron
Escritor e RelGov.

em *stakeholders* tradicionais, a gente pensa deputado, senador, secretária, setor legislativo, diretor de uma agência regulatória, o ministro de dentro de um ministério, qualquer que seja o ministério que você está trabalhando. Você pensa na mídia, nos *think tanks*, então tem aí uma gama de atores que seguem a lógica tradicional de quem é *stakeholder*, o interesse econômico, na maioria das vezes, o interesse do

tema em si. Eu argumento que quem está aí há 30 anos está prejudicado porque não entende como funciona o mundo digital. E eu diria que o novo entrante está mais capacitado. E destaco duas categorias de novos *stakeholders* que o tradicional não conhece: o cidadão e a celebridade. Quando se fala de celebridades são os influenciadores, que pode ser desde uma Anitta até um youtuber que trata de uma questão específica qualquer como um gamer que só fala de *games*. Este também é um *stakeholder*. Pode ser um Greg, do GregNews, que passa a falar de política pública. Pode ser Anitta e a gente pode se aprofundar: uma *chef*, como a Paola Carosella, a Bela Gil... todas elas hoje são *stakeholders*. E hoje se você não pensar nesses atores tanto no cidadão enquanto influenciadores, você pode ser pego de surpresa.

Revista Diálogos - No planejamento do trabalho de relações governamentais muda alguma coisa?

Renard Aron - Muda porque você tem que levar em conta a dinâmica na *web*. A lógica do *lobby* tradicional, e eu venho do *lobby* tradicional, ela pensa: um tema vai ser debatido na plenária do congresso, numa audiência pública, num prazo de você submeter comentários ao processo tanto no executivo quanto no legislativo, uma discussão do regulatório. Pode ser um evento organizado por uma entidade de classe. São debates realmente

Entrevista

fechados onde, no máximo, a mídia reflete uma discussão caso haja o interesse maior da sociedade no tema. Então essa lógica é bem fechada. Hoje, na hora de planejar, se o tema for de interesse do público, novamente a dinâmica muda porque de repente o cidadão pode estar interessado. E se o cidadão está interessado esse debate não ocorre em espaços relativamente fechados e estanques, mas no público. Inclusive, no livro eu falo que o debate de políticas públicas virou público, realmente. Ao vir a público, você tem que entender a dinâmica desse processo público que está sujeita a um processo muito mais rápido do que aquele onde você tinha uma audiência e um trâmite. Muda a lógica pela lógica da velocidade e da dinâmica. A dinâmica do debate na *web* segue muito a dinâmica do coletivo, não do *one-on-one* que o lobista tradicional tão bem sabe fazer, onde a relação é importante, onde A pode influenciar B. Na rede é múltiplo. Tem que entender a dinâmica do coletivo. Como é que eu, como cidadão, influencio você, que leva minha mensagem para sua rede que leva para lá? Na hora que isso vai para o coletivo, isso pode mudar de um dia para noite. E se no seu planejamento você não estiver no mínimo atento ao que está acontecendo nas redes sociais sobre o seu tema, você pode ser surpreendido que amanhã muda. O melhor exemplo recente é o da Anitta que fez uma live no Instagram com um deputado para todo mundo ver. Não era uma reunião privada ou Zoom com deputado lá em Brasília. Era uma reunião com o deputado lá na casa dele, para todo mundo ver. Os 48 milhões de seguidores da Anitta no Instagram podiam acompanhar a conversa dela no Insta ou no YouTube.

Revista Diálogos - Essa participação do cidadão de uma certa forma é muito importante porque cria uma outra consciência. E esse novo ator vem para em algumas situações agregar muito, em outras dificultar bastante o trabalho. Como lidar com essa diferença dessa nova realidade?

Renard Aron - Na hora que o cidadão entra no debate, o termo que eu uso e tenho um blog em

que aplico isso, é a democratização do *lobby*. O meu blog, inclusive, é *lobby* democratizado. Porque na hora que esse cidadão entra você democratiza essa conversa. A política pública, de novo, passou a ser pública, para todo mundo participar. Você pode assinar uma petição *on-line*, bastante fácil. Você pode mandar um e-mail para um deputado, você pode fazer uma *hashtag* de alguma coisa no Twitter, você pode pegar uma campanha qualquer e compartilhar com a sua rede... Então é muito fácil participar dessa discussão. Se agrega ou dificulta, realmente depende do ponto de vista. Do ponto de vista macro, ao invés de usar a palavra agregar ou dificultar, eu diria que é positivo. Porque você está trazendo o cidadão para participar dessa conversa. Qual é o perigo? É que o tempo disponível para você discutir a política pública nas redes sociais é extremamente limitado. Não cabe uma discussão técnica sobre o tema. Então não adianta você fazer os 5 *talking points* que o RelGov vai fazer explicando porque a proposta A é melhor que a proposta B. Não tem espaço para isso. A chamada tem que ser contagiante, você tem que viralizar sua ideia. Inclusive, no meu livro, eu dedico um capítulo inteiro à comunicação de políticas públicas. Qual a desvantagem? É rasa. Você não tem espaço para ter uma discussão qualificada de um seminário, de um painel com técnicos. Você tem o perigo realmente de mobilizar a sociedade a favor de temas que, inclusive, podem ser prejudiciais à sociedade. Eu trago aí um exemplo no Brasil, tem outros, que é a fosfoetanolamina, a chamada pílula do câncer. Aquilo foi discutido no Congresso e aprovado em um mês. Você já viu o Congresso Brasileiro aprovar alguma coisa em um mês? Nunca! Tanto na Câmara quanto no Senado. E com a assinatura da presidente. Aconteceu isso por quê? Porque foi um debate extremamente emocional. O PL não era legal, não era constitucional. Tanto que o Supremo dois meses depois falou que essa lei não

Entrevista

é constitucional. Existe hoje uma ANVISA para tratar do tema, a questão científica foi completamente ignorada. Nessa onda, que eu chamo de *tsunami*, no digital, não existe uma massa crítica, eu falo que quando o coletivo vem e diz "a gente quer", fica difícil o deputado falar não. Fica difícil a presidente Dilma, que na época estava com o fantasma do *impeachment*, falar não.

Revista Diálogos - Ao digitalizar o lobby, o profissional de relações governamentais que é um influenciador *one-on-one*, praticamente passa a ter que agir como influenciador digital, como um YouTuber ou uma estrela qualquer. Aí vem uma série de diferenças porque você tem que atuar não só no *timing* da qualidade da discussão, como você bem estava colocando, mas você tem também que utilizar um pouco melhor a comunicação, a forma de comunicar. E onde que isso esbarra com a parte técnica, com a parte que é essencial na relação governamental, que acaba sendo a discussão de o que é que está por trás? Quais são os reais benefícios para ambos os lados?

Renard Aron - Esse é um grande desafio indo para frente nesse mundo digital. A primeira coisa é que, quando se trabalha no mundo corporativo, a expertise do RelGov não é necessariamente a comunicação: é o RelGov. Há aqueles que também dominam a comunicação, além do próprio pessoal da área da comunicação que dominam a comunicação. De agora em diante, as duas áreas vão ter que trabalhar juntas. Porque para comunicar com a sociedade a área de comunicação está muito bem preparada para fazer isso. Só que a comunicação pode trabalhar bem e tem no seu DNA a questão da reputação, a questão do produto, mas não necessa-

riamente política pública. Eles não têm o pulso em Brasília. Então você não pode estar na *web* só pensando no cidadão, porque o deputado, o senador, quem quer que seja lá em Brasília, está acompanhando, também, o que está se passando na rede social. Então as duas áreas vão ter que trabalhar juntas para levar essa conversa até a sociedade. Continua lá na ponta, em Brasília. Isso não vai mudar na minha cabeça. Neste novo contexto a gente vai ter que entender que, o RelGov quando pensa em contexto, pensa qual é o cenário econômico, qual é o cenário político, eleições, quem está falando em orçamento e vai passar a reforma administrativa, como os partidos estão se posicionando. Ele pensa sobre o contexto de Brasília. E quando a gente olha pra frente vai ter que envolver não só a comunicação, mas vai ter que envolver o *marketing*, porque você tem que pensar no contexto da sociedade. Isso o RelGov também não está preparado para fazer. E a comunicação possivelmente também não. Porque estes temas não existem no vácuo. Agora no Brasil teve a discussão do *Black Lives Matter*: o público tem opinião sobre o tema. Ainda mais em sociedades polarizadas como o Brasil e os Estados Unidos. Então o *marketing* vai ter que entrar e o RH vai ter que entrar. Porque essas questões são

“ De agora em diante, as duas áreas (comunicação e RelGov) vão ter que trabalhar juntas. (...) Porque o RelGov pensa sobre o contexto de Brasília. E quando a gente olha pra frente vai ter que envolver não só a comunicação, mas vai ter que envolver o *marketing*, porque você tem que pensar no contexto da sociedade. Isso o RelGov também não está preparado para fazer. ”

Renard Aron
Escritor e RelGov.

discutidas internamente na empresa. Como é que a empresa vai se posicionar quanto à questão do racismo, quanto à questão do meio ambiente? Porque esses temas têm uma sobreposição com política pública. Então não é a cidadania corporativa que todo mundo acha bom: a empresa apoiar as ONGs na área de saúde, educação, o que quer que seja. Não existe "é ruim fazer isso"; não tem problema. A empresa pode apoiar

Entrevista

a ONG que quiser, no tema que quiser, mas na hora que a gente começa de novo o contexto de questões sociais, onde há dissenso na sociedade, o RelGov vai ter que entrar nessa discussão. Porque se a empresa se posicionar em um tema como o racismo e uma série de deputados acham isso ruim, como a ação do RelGov no executivo ou no legislativo vai se dar? Essa é a nova realidade do *lobby* digital e dos temas que estão sendo incorporados à agenda das empresas, em particular, onde a comunicação vai ter que trabalhar com o RelGov nos temas de RelGov. Mas vai ter que ir além. Vai ter que trabalhar temas que não são de cunho econômico ou de interesse imediato da empresa. Essa é uma nova realidade. Ela está chegando no Brasil agora. Mas veio para ficar. Aqui nos Estados Unidos é super normal e é a nova agenda do RelGov.

“Essa é a nova realidade porque o poder público tem interesse em como é que uma empresa pensa na retaliação do consumidor.”

Renard Aron
Escritor e RelGov.

Revista Diálogos - Ou seja: todo mundo vai ter que ter um propósito. As empresas passam a ter que trabalhar com propósito num discurso uníssono em todos os segmentos para poder conseguir ter resultados positivos?

Renard Aron - Sim. Porque pegando o exemplo da Nike, a campanha do Colin Kaepernick, o líder dessa discussão, aqui nos Estados Unidos, entre os atletas de futebol americano, sobre a violência policial contra os negros: ela tomou um passo extremamente corajoso há uns três ou quatro anos ao fazer essa campanha com o Kaepernick. A Nike se posicionou bem antes das empresas nesta questão da violência policial quando o *Black Lives Matter* explodiu aqui nos Estados Unidos. Eles fizeram uma outra campanha muito bacana. Mas, mesmo assim, sofreu críticas porque, para dentro - por isso que eu digo o RH vai ter que fazer parte dessa discussão -, para dentro eles tinham telhado de vidro. Então não adianta só

falar para fora e falar bem para fora, se para dentro você não fez o seu dever de casa.

Revista Diálogos - Não adianta ter só o exomarketing, tem que ter o endomarketing também.

Renard Aron - Essa é a nova realidade e o mais interessante, novamente, que a gente tem que prestar muita atenção, sob o ponto de vista das RelGov. Essa é a nova realidade porque o poder público tem interesse em como é que uma empresa pensa na retaliação do consumidor. Essa é mais fácil e mais visível. No livro, eu falo de casos concretos, em que o setor público, a

Assembleia Legislativa, por exemplo, retaliou contra a Delta (Airlines) no caso em que ela se posicionou sobre o controle de armas. Uma retaliação de US\$ 40 milhões. Se o RelGov não estiver atento a essa dinâmica você é pego de surpresa. Não pelo consumidor que decide ou não viajar pela Delta ou queimar o sapato da Nike, mas pelo poder público que acha que a Delta não tem que se posicionar sobre esse assunto. A gente pode se aprofundar nessa historinha, mas a lógica, quando você começa a pensar em *lobby* digital, você tem que passar a entender o mundo, a sociedade. O RelGov trabalhava aqui muito com foco em Washington e com foco em Brasília, como é que é a discussão lá. Eu tenho que entender a reforma administrativa, o que está acontecendo com o Maia, e se o Alcolumbre vai ou não vai, quando é que eu vou entrar com o meu PL? Isso tudo continua. Mas (se) você não trouxe para dentro um ambiente maior hoje, você corre o risco de ser surpreendido por uma onda *tsunami* qualquer aí, que não estava no teu radar.

Entrevista realizada em 30/09/2020.

Relações Executivo e Legislativo

Relações Executivo e Legislativo: mix entre reuniões virtuais e presenciais são a tendência pós-pandemia

Os desafios não param de se apresentar ao profissional de relações governamentais que, se por um lado vai ter que se preparar para o *lobby* digital, por outro terá que se acostumar à rotina de reuniões *on-line* mescladas a compromissos presenciais. Pelo menos é o que pensa a Relações Governamentais e pós-doutora em Ciências Políticas Leany Lemos, ex-secretária de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul e também do Distrito Federal, atualmente coordenadora do Comitê de Dados ao Combate à COVID no Rio Grande do Sul.

Em entrevista à Diálogos sobre a tendência das relações do Executivo com o Legislativo, Leany destaca que, com a pandemia houve um avanço expressivo no que tange a revolução tecnológica. “Nós já contávamos com as ferramentas, mas ainda não as tínhamos na cabeça, no nosso uso do dia a dia”, explica. Para ela, essa adaptação às tecnologias acabou mudando um paradigma: a forma como as empresas lidam com os consumidores, bem como a forma como elas se relacionam com o governo. “Essa mudança em escala também impacta a forma como o governo se relaciona com outros poderes. O uso das novas tecnologias permite reuniões em que as pessoas que estão em espaços territoriais diferentes possam se encontrar dali a cinco minutos e permite acelerar um certo tipo de coisa. Por outro lado, a gente ainda tem alguma dificuldade com confiança. A presença é muito importante, esse contato pessoal, e isso deve

se manter. O ser humano gosta de estar junto, no mesmo lugar, na mesma sala e tomar um café. E a gente, na nossa cultura brasileira, latina, é muito das relações pessoais, sociais. Isso vai se manter um pouco. Mas o uso da tecnologia vai agilizar a tomada de decisão governamental e a interação das empresas com o governo, o que eu acho bem interessante. Isso porque se ganha em custo, em tempo, já que você não precisa mais se deslocar para Brasília para uma reunião de duas horas e perder um dia. Sem falar que pode acelerar tomadas de decisão e algo que o RelGov faz muito em empresas, que é trazer informações do governo, sobre o setor, investimentos ou situações futuras, cenários... Então isso tudo vai ser possível se fazer de uma maneira mais rápida, mais barata, sem falar que a gente fica acessível, parece que a agenda fica maior... Isso vai permitir mais acesso às pessoas e aos tomadores de decisão que vão ter que administrar muito bem seu tempo”, avalia.

A chegada abrupta da pandemia trouxe um cenário de incertezas e caos nos primeiros meses ocasionando uma completa mudança da agenda do governo e do legislativo que passaram a ser as políticas de combate à COVID, as políticas de auxílio, de renda, de crédito, as ações do Banco Central e mitigar os efeitos macroeconômicos. Leany destaca que, embora importante, foi uma agenda paralisada porque, em termo de reformas, elas pararam: “As paixões acabaram polarizando muito e de fato não foi possível se discutir e avançar na desburocratização, nas ações de avanço e

Capa

reformas consistentes. Em plano nacional, a gente não vê uma agenda estratégica. Apenas ações isoladas, não coordenadas e o país sofre com isso: o real foi a moeda que mais se desvalorizou este ano, o mercado está muito atento se as medidas e programas do governo continuarão sendo oferecidos e qual a fonte de financiamento. E essas dúvidas impactam. Se as ações do momento crítico ajudaram a manter a economia e agora? Quais são as medidas que vão nos conduzir a uma condição de normalidade do ponto de vista econômico. Como vai ser essa *fase out?*” Saber lidar com essas mudanças e demandas do mercado são importantes neste contexto de relações governamentais e entre os poderes. É o exercício da democracia.

E como se preparar para atuar em RelGov neste cenário?

Leany destaca que “os profissionais de relações governamentais precisam entender o que estão fazendo, como estão fazendo. É muito importante a capacitação técnica, ou seja, se você trabalha em um determinado setor, seja na indústria, na agricultura, na tecnologia, num sindicato, você tem que conhecer esse trabalho. Você tem que ser um conhecedor não só de relações governamentais e ter muita transparência. Nos Estados Unidos há legislação sobre o *lobby*, que determina o que é possível; como é que se dão as relações; como elas podem ser estabelecidas; qual o presente que pode ser dado... Há uma regulamentação e uma transparência muito grande. Eu trabalhei no Congresso Americano em 2003-4. O que mais me impressionou, eu sendo originariamente de carreira do Senado (tenho quase 30 anos de Senado), foi essa transparência. Por exemplo, o meu chefe, um deputado de Seattle, quando ia receber a Boeing tinha que preencher um formulário e colocar no site do Congresso. Todo mundo sabia que o deputado ou a equipe do deputado daquela região estava recebendo a equipe da Boeing. E a Boeing, as vezes, paga o almoço para os servidores. Mas, para isso, preenche o formulário e coloca lá o quanto custou o almoço e o que foi. Porque tem limites

também para essas coisas. Tem que ser transparente. Eu acho que favorece todo mundo. Acredito que é importante ter uma legislação sobre o tema, sobre grupos de pressão, *lobby*, da sua atuação no Poder Executivo, a sua atuação no Poder Legislativo e dar transparência a essas relações. Quem tem que esconder alguma coisa é quem está fazendo coisa errada. Acho que é muito importante a gente trabalhar em três frentes: a profissionalização, a transparência nessas relações e um marco regulatório, que é um limite. Como institucionalista, acho que as instituições é que vão limitar o comportamento das pessoas, regular mesmo a atuação”, conclui.



“ Os profissionais de relações governamentais precisam entender o que estão fazendo, como estão fazendo. É muito importante a capacitação técnica, ou seja, se você trabalha em um determinado setor, seja na indústria, na agricultura, na tecnologia, num sindicato, você tem que conhecer esse trabalho. Você tem que ser um conhecedor não só de relações governamentais, tem que ser um integrante, fazer um trabalho sobre o que é aquele que você está representando e tem que ter muita transparência.”

Leany Lemos
Relações Governamentais

A Guerra das Vacinas – contexto político internacional

A Guerra das Vacinas

Mal foi declarada a pandemia e já se instalava um racha entre americanos, europeus, chineses e países em desenvolvimento. Uma disputa diplomática e financeira era iniciada deixando clara a distância entre as potências. Já no mês de abril os EUA acusavam a China de espionagem industrial. Em maio, mesmo em meio à maior pandemia em 100 anos, a cúpula da Organização Mundial da Saúde (OMS) acabou se transformando em palco de disputas.

O texto da resolução conjunta, que a princípio garantiria o acesso de todos os países à vacinação e reconheceria a imunização como um “bem público mundial para a saúde”, acabou sendo rejeitada pelo governo americano. Em uma costura diplomática depois de idas e vindas, inclusive com importante participação do governo brasileiro, uma aliança inédita entre Japão, Reino Unido e Alemanha com países emergentes acabou isolando Washington. O acordo saiu mais fraco que o que se pretendia, o termo foi mantido, mas prevaleceram as regras de mercado. A esperança dos países emergentes era que o acesso aos tratamentos, remédios e à vacina fosse justo, equável e transparente. Mas o acordo apenas cita “o esforço de unidade e solidariedade para controlar a COVID-19”. O governo americano acabou cortando os seus pagamentos à OMS.

Mais que uma disputa de poder e soberania sobre a ciência, a corrida das vacinas revela o lado da luta de capitais. Estão em jogo trilhões de dólares investidos em pesquisa.

Afinal, nem todos os países concordaram com os termos que garantiria acesso de todos à vacina. Há países que já pensam em quebra de patente. O governo de Xi Jinping se adiantou a garantir que uma eventual vacina chinesa se tornará um “bem público mundial”, prometendo que seu país dedicaria US\$ 2 bilhões em dois anos à luta global contra a COVID-19. A cartada não é à toa: há uma intrincada disputa geopolítica por trás da vacina. Desde o fornecimento do imunizante como moeda de troca para conseguir entrada e fluxo comercial em determinados mercados e em outros assuntos de interesse; ou vantagem diplomática no caso de conflitos do mar do sul da China, como garantir acesso a novas rotas de abastecimento pelo Paquistão; e até o enfraquecimento do poderio da indústria farmacêutica indiana, por meio de uma política de retenção de ingredientes farmacêuticos ativos e incentivo ao desenvolvimento da indústria local para tornar-se autossuficiente.

Hoje, a OMS lidera um consórcio de vários países investindo em pesquisas em busca da vacina. A China conta com pelo menos cinco vacinas em estágio avançado de pesquisas, sendo que a produzida pela SINO-VAC - que no Brasil tem parceria com o Instituto Butantan - é a mais promissora delas. Conta ainda com três vacinas produzidas pela estatal Sinofarma, com produção no Instituto Biológico de Wuhan (cidade que foi o epicentro da epidemia naquele país) e no Instituto Biológico de Beijing; e a da CanSino Biologics (empresa privada em parceria com o Canadá). A Rússia acaba de anunciar a fase três para a sua segunda aposta. A primeira, já em aplicação naquele país, é a SPUTNIK 5, que no Brasil aguarda aprovação da ANVISA para iniciar a fase três por meio de acordo com o governo do Paraná. Os ingleses e suecos, em parceria com os americanos, investem na vacina de Oxford, da farmacêutica AstraZeneca. Os EUA estão na briga com as vacinas desenvolvidas pela BioNTech/ Pfizer (em parceria com a empresa chinesa Fosun Pharma), Moderna e Janssen, o braço farmacêutico da Johnson & Johnson. No dia 19 de outubro haviam 198 vacinas sendo desenvolvidas no mundo. Quarenta e quatro delas em testes clínicos.

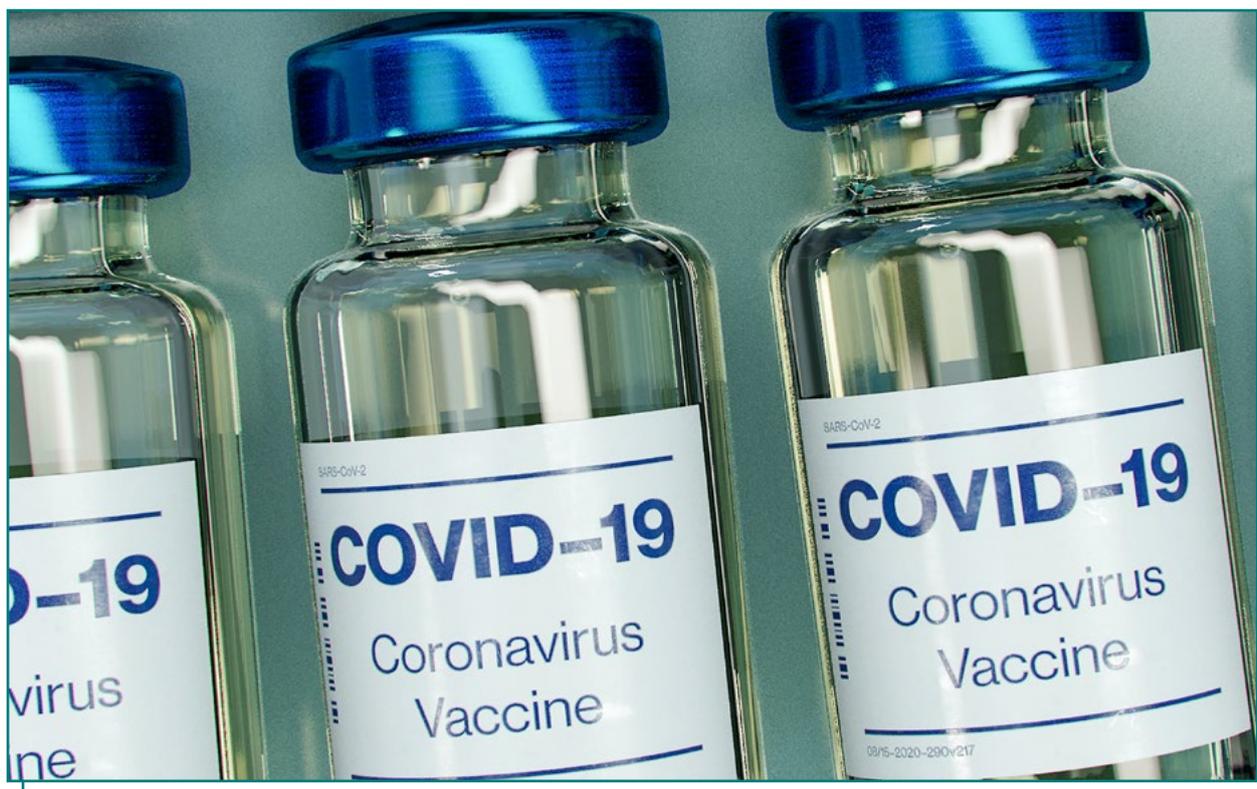


Foto: Daniel Schludi

Consórcio OMS

Consórcio COVAX, liderado pela OMS, tem apoio de 184 países e economias

Até o dia 21 de outubro, um total de 184 países aderiram à COVAX, uma iniciativa internacional liderada conjuntamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e parceiros para garantirem o acesso global eficaz e equitativo às vacinas de COVID-19. Em entrevista coletiva virtual, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse que “COVAX representa o maior portfólio de vacinas de COVID-19 em potencial e a maneira mais eficaz de compartilhar vacinas seguras e eficazes de maneira equitativa no mundo inteiro”. Para ele, “o compartilhamento equitativo de vacinas é a forma mais rápida de proteger comunidades de alto risco, estabilizar os sistemas de saúde e promover uma recuperação econômica verdadeiramente global”.

O COVAX, pilar de vacinas do *Access to COVID-19 Tools (ACT) Accelerator*, é coliderado pela *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (coalizão para inovações de preparação para epidemias — CEPI, na sigla em inglês), *Gavi*, a *Vaccine Alliance* e a OMS, que estão trabalhando em parceria com fabricantes de vacinas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. É a única iniciativa global que atua com governos e fabricantes para garantir que as vacinas contra a COVID-19 estejam disponíveis em todo o mundo, tanto para pessoas de alta quanto de baixa renda.

Segundo a OMS, o COVAX é um mecanismo de aquisição conjunta coordenado pela *Gavi* para novas vacinas contra a COVID-19 e garantirá o acesso justo e equitativo às vacinas para cada economia participante, usando uma estrutura de alocação atualmente formulada pela OMS. A iniciativa fará isso reunindo o poder de compra das economias participantes e fornecendo garantias de volume em uma gama de vacinas candidatas promissoras. Isso permitirá que os fabricantes de vacinas, cuja

Capa

experiência é essencial para a produção em larga escala, façam investimentos precoces e em risco na capacidade de fabricação - proporcionando aos países e economias participantes, a melhor chance de acesso rápido às doses de uma vacina bem-sucedida para a COVID-19.

A meta do COVAX é, até o final de 2021, fornecer dois bilhões de doses de vacinas seguras e eficazes que passaram pela aprovação regulamentar e/ou pela pré-qualificação da OMS. Essas vacinas serão oferecidas igualmente a todos os países participantes, proporcionalmente às suas populações, priorizando inicialmente os profissionais de saúde e depois expandindo para cobrir grupos vulneráveis, como idosos e aqueles com doenças pré-existentes. Doses adicionais serão disponibilizadas com base na necessidade do país, vulnerabilidade e ameaça da COVID-19. O mecanismo também manterá uma reserva

para uso emergencial e humanitário, incluindo o tratamento de surtos graves antes que fiquem fora de controle.

Nove vacinas estão no portfólio de investimentos do COVAX:

- Inovio;
- Moderna;
- CureVac;
- Pasteur;
- AstraZeneca;
- University of Hong Kong;
- Novavax;
- Clover;
- University of Queensland.

A China também aderiu ao consórcio em outubro alegando ser uma prova de sua boa vontade em contribuir de forma equitativa com a vacinação no mundo.

Brasil aderiu à COVAX

O Brasil, depois de três pedidos para que tivesse mais tempo para aderir, anunciou no dia 24 de setembro, por meio da Medida Provisória 1004/2020, a liberação de R\$ 2,5 bilhões para fazer parte do COVAX. A primeira parcela de R\$ 803 milhões foi paga no dia 9 de outubro, oficializando a entrada do país no consórcio. Do montante destinado, R\$ 711,7 milhões equivalem ao custo de adesão para aumentar a produção para que haja doses suficientes para o país e para o mundo e não são reembolsáveis. Segundo explicou o assessor internacional do Ministério da Saúde (MS), Flávio Werneck, em audiência da comissão externa da Câmara para combate à pandemia com integrantes da pasta da Saúde, “estamos pagando R\$ 91,8 milhões, que dizem respeito à nossa opção de compra. Esse valor é reembolsável”. Ele informou que é muito pouco provável que o Brasil não compre nenhuma vacina da aliança, uma vez que já assinou acordo de cooperação para o desenvolvimento da vacina da Universidade de Oxford, que faz parte do consórcio. Com a adesão, o Brasil fez a opção por comprar doses suficientes para vacinar 10% da população. Como a vacinação se dará em duas doses, e cada dose deve custar US\$10,00, o MS prevê um custo de US\$20,00 por cidadão vacinado. No total, serão 40,4 milhões de doses da vacina obtidas. O Ministério da Saúde pretende disponibilizar, no primeiro semestre de 2021, 140 milhões de doses da vacina.



Foto: Sara Bakhshi

A Guerra das Vacinas – SINOVAC SP / Butantan SP Invest

CORONAVAC: primeiras doses da vacina pronta chegam ao Brasil no início de novembro

Depois de meses de discussões entre o presidente Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Dória, por conta da politização da produção e compra de vacinas contra a COVID-19, no dia 22 de outubro finalmente a ANVISA liberou a entrada no país de 6 milhões de doses da vacina CORONAVAC, fabricada pelo laboratório Chinês Sinovac e testada no Brasil pelo Instituto Butantan, que também constrói uma nova fábrica para produzi-la no país.

No último dia 26 de outubro, o governo de São Paulo anunciou que as doses da vacina chinesa Coronavac chegam em uma semana ao estado. Também é esperada a liberação da ANVISA para receber insumos que vão permitir ao Instituto Butantan produzir 40 milhões de doses do imunizante, que se encontra em fase de testes contra o novo coronavírus.

Desde agosto, a ANVISA protelava a liberação da entrada da CORONAVAC no país. Depois de reunião do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, com os governadores, no dia 19 de outubro, quando anunciou o convênio com o Instituto Butantan e a carta de intenção de compra de 36 milhões de doses da vacina, um novo capítulo da novela começou a ser escrito. A alegação de que estava desautorizada a compra de vacina chinesa foi questionada em função do preconceito com a origem do imunizante e em nome da preservação da saúde da população. A outra alegação, de que o governo não colocaria dinheiro numa vacina que sequer havia sido comprovada como eficaz, também levantou críticas - já que o governo brasileiro investiu na compra de vacinas da Universidade de Oxford, fabricada pela farmacêutica britânica-sueca AstraZeneca e aderiu ao consórcio COVAX, ambas iniciativas em

Capa

vacinas ainda em teste e sem comprovada eficácia. Pressionado pelo Legislativo e pelo Judiciário, o Executivo aos poucos começou a ceder. O discurso mudou para uma possível compra, caso a vacina seja liberada pela ANVISA.

No dia 23, o diretor do Butantan, Dimas Covas, alertou, em entrevista à TV Globo, que o cronograma de produção da vacina poderia ser prejudicado devido ao atraso na liberação da ANVISA. E que, caso só ocorresse em novembro, poderia ser que ela só estivesse disponível em 2021 e não em novembro deste ano, como estava previsto. No final do dia, a ANVISA liberou a importação do produto. No dia seguinte, em entrevista à CNN Brasil, Covas disse que a Coronavac “é a vacina mais segura entre todas as que estão sendo testadas. Ela já foi testada em mais de 70 mil voluntários entre Brasil e China, sendo 15 mil só no Brasil”. Segundo ele, a adoção da vacina é vantajosa para o Brasil por causa de sua semelhança com outras já produzidas e distribuídas no país. “É uma tecnologia já conhecida. O Butantan domina essa tecnologia e já produz vacinas com ela”, encerrou.

Testes no Brasil comprovam eficácia

O governo de São Paulo divulgou que, entre os 9 mil voluntários que receberam doses da Coronavac no Brasil, 35% deles tiveram efeitos adversos como dor, edema, inchaço no local da aplicação, dor de cabeça e fadiga. Não houve nenhum efeito colateral grave. Também foi apresentado um comparativo com as quatro vacinas que estão sendo testadas no Brasil desenvolvidas pelas farmacêuticas BioNTech/FoSun/Pfizer, Moderna, CanSino e AstraZeneca/Oxford.

Segundo Dimas Covas, “nestas quatro vacinas, a incidência de efeitos adversos variou entre 77% e 100%, o que permitiria dizer que a Coronavac é a vacina mais segura não só no Brasil, mas no mundo”, afirmou.

VACINA CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS



Entenda qual o princípio da CoronaVac e como é o processo de ensaio clínico em andamento



COMO FUNCIONA

A CoronaVac é produzida com vírus inativados do novo coronavírus (Sars-CoV-2) para inoculação em humanos

Com a aplicação de duas doses, o sistema imunológico passaria a produzir anticorpos contra o agente causador da COVID-19

- 1.**

O vírus é isolado em laboratório


- 2.**

Os cientistas infectam células com o vírus para que ele se multiplique


- 3.**

Os vírus são coletados e inativados por meio de procedimentos químicos para não causarem infecção


- 5.**

A vacina é aplicada em duas doses para induzir a produção de anticorpos por parte do sistema imunológico


- 4.**

Uma substância chamada adjuvante é adicionada aos vírus inativados e purificados para formular a vacina



QUAIS AS FASES DE ENSAIO CLÍNICO

Parceria entre o Instituto Butantan e a farmacêutica Sinovac Life Science prevê testes em humanos e produção da vacina

FASE 1 INICIAL	FASE 2 AMPLIADA	FASE 3 FINAL
<p>144 VOLUNTÁRIOS</p> <p>Testes preliminares realizados na China, em adultos que foram monitorados de perto para avaliar segurança</p>	<p>600 VOLUNTÁRIOS</p> <p>Também realizada na China, etapa testou segurança mais detalhada da vacina e verificou resposta imune nos participantes</p>	<p>9 MIL VOLUNTÁRIOS</p> <p>Fase realizada no Brasil, pelo Instituto Butantan, em que se verifica segurança e eficácia da vacina na proteção contra a doença</p>

Os cerca de 9 mil voluntários vão receber doses da vacina em 12 centros de pesquisa em São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná

Voluntários serão divididos em dois grupos

 <p>RECEBE A VACINA</p> <p style="font-size: x-small;">Um sistema sortela o participante que vai receber qual produto durante o processo</p>	 <p>RECEBE UM PLACEBO (com uma substância sem efeito)</p> <p style="font-size: x-small;">São aplicadas 2 doses em todos os voluntários, com intervalo de 14 dias entre elas</p>
<p>O uso do placebo permite comparar resultados e concluir, ao final de estudo, a eficácia da vacina</p>	

Fonte Instituto Butantan

Entenda como surgiu a parceria com o Butantan

Entrevistado pela Revista Diálogos, Wilson Mello, diretor da SPInvest, representante do governo de São Paulo junto ao setor privado, contou que o Instituto Butantan e a farmacêutica Sinovac possuem acordo de produção cruzada desde agosto de 2019. Na ocasião, o governo de São Paulo, por meio da SPInvest, levou a Pequim 50 empresários em missão comercial organizada pela representação do escritório de Xangai. O governo chinês, interessado no comércio bilateral, ofereceu ao governo de São Paulo e mantém toda a infraestrutura de um escritório comercial em Xangai. Foi o trabalho de RelGov que possibilitou os entendimentos, a aproximação e parceria entre os governos de São Paulo e China e as empresas dos dois países. A crise da saúde com a pandemia propiciou que as empresas que já eram parceiras cooperassem no desenvolvimento da vacina Sinovac.

O acordo possui três eixos:

1. Importação de até 100 milhões de doses da vacina pronta, sendo 46 milhões ainda em 2020, 14 milhões até março de 2021, e outros 40 milhões, em junho. A vacina chegará ao Brasil pronta e o Butantan vai apenas envazar.
2. Transferência de tecnologia, com realização da terceira fase no Brasil;
3. Produção local da vacina.

O segundo ciclo da vacinação já seria realizado com vacina produzida no Brasil pelo Instituto Butantan.

Wilson explica que hoje o Butantan não tem uma fábrica pronta e devido a Lei de Licitações (Lei 8.666), o processo seria muito longo e demorado. A solução para resolver o problema foi chamar o setor privado a colaborar. Desta forma, R\$ 130 milhões foram levantados junto a 20 empresas para a obra, que vai aproveitar um prédio que fica atrás do Instituto, que é sediado na USP. O prédio já existente e inacabado será utilizado como base, barateando a obra. Passada a pandemia, a fábrica também vai produzir outras vacinas. Segundo Wilson, as obras começaram no dia 26 de outubro e devem ficar prontas ainda no primeiro semestre de 2021.

A Guerra das Vacinas – Sputnik PR, BA e intenção MG

A vacina russa Sputnik V

Anunciada a pesquisa no final de junho, no dia 11 de agosto o presidente da Rússia, Vladimir Putin, surpreendeu ao anunciar que o país se tornava o primeiro do mundo a regulamentar o uso de uma vacina contra a COVID-19. A Sputnik V,

batizada numa clara referência à corrida espacial durante a Guerra Fria*, seria utilizada, a partir de setembro, na vacinação em massa naquele país.

O anúncio rápido causou suspeita sobre a condução da pesquisa realizada pelo Instituto Gamaleya, de Moscou. Em 4 de agosto,

Capa

em videoconferência entre representantes do Ministério da Saúde e da FIOCRUZ com representantes do Fundo de Investimento Direto na Rússia (RDIF), os técnicos tentaram obter respostas sobre o imunizante, seu preço para fabricação e a possibilidade de empresas brasileiras atuarem como parceiras na produção local. Os jornais Estadão e O Globo apuraram, na época, que havia desconfiança por falta de informações, mas o governo brasileiro deixou as portas abertas. Segundo a Folha de São Paulo, em 30 de julho, o governador da Bahia, Rui Costa, e seu secretário de Saúde, Fábio Villas Boas, já tinham tido reunião com o embaixador da Rússia para negociar uma possível parceria para testes e produção da vacina no estado e que poderia envolver outros estados nordestinos. No dia 11 de agosto, o governador do Paraná, Ratinho Jr., anunciou o acordo com o governo russo, que vinha sendo negociado desde julho. Para isso, R\$ 200 milhões seriam investidos para que o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) seja um dos pólos de produção e distribuição da vacina para a América Latina. O convênio também previa a realização da fase três dos testes clínicos, mediante aprovação da ANVISA, o que não havia acontecido até o fechamento desta edição.

Em setembro, a revista britânica *The Lancet*, uma das principais revistas científicas do mundo, publicou estudo de cientistas do Centro Nacional de Investigação de Epidemiologia e Microbiologia (Instituto Gamaleya), que envolveu testes com 38 adultos saudáveis, com idades entre 18 e 60 anos, ao longo de 42 dias, nos dois primeiros estágios de desenvolvimento da vacina. Segundo eles, “não houve resultados adversos” da Sputnik V entre as pessoas testadas e o composto conseguiu “provocar uma resposta imunológica”.

Dias depois a revista enviava questionamentos aos autores porque 37 respeitadas pesquisadores, encabeçados por Enrico Bucci, alegaram inconsistências nos dados com possível duplica-

ção destes, acusações refutadas categoricamente pelo vice-presidente do Instituto Gamaleya, Denis Logunov, em nota enviada à imprensa.

Só dias depois o ministro da Saúde russo, Mikhail Murashko, anunciou o início da fase 3 dos testes clínicos da vacina. O diretor do RDIF, Kirill Dmitiev, anunciou que a vacina seria testada em 5 países: Arábia Saudita, Emirados Árabes, Filipinas, Brasil e Índia. Cerca de 40 mil voluntários participarão desta fase e 10 mil vão receber placebo invés do imunizante. Na Rússia, a vacina já está sendo aplicada na população. Até agora não há notícias de efeitos colaterais importantes. Ainda em setembro, o estado da Bahia confirmou a compra de 50 milhões de doses da vacina, sem transferência de tecnologia.

E no dia 23 de outubro a farmacêutica União Química informou que assinou acordo com o Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF) para produzir a vacina russa Sputnik V contra a Covid-19 a partir da segunda quinzena de novembro. No dia anterior, a CNN Brasil havia destacado que a empresa, sediada no Distrito Federal, havia recebido parte dos insumos para a produção da vacina. O diretor de negócios internacionais da União Química, Rogério Rosso, disse à emissora que esse material é um lote piloto para pesquisa e desenvolvimento e conta com vetores (matéria prima) da vacina russa. Já a coordenadora de biotecnologia do Grupo União Química, Natasha Kuniechick, destacou à CNN Brasil que essa é uma fase muito importante para a etapa de transferência de tecnologia: “Recebemos um insumo para a produção da vacina, que é o vector viral e estaremos nos próximos dias fazendo alguns pilotos. Após isso, teremos os moldes de vetor, estudos clínicos e vamos pedir os registros necessários”. A expectativa é que a empresa solicite o registro à ANVISA em 10 dias. Na segunda metade de novembro estão sendo esperados técnicos russos para acompanharem o início da produção da vacina.

Negociação com o Brasil esbarra na política

Em entrevista à Revista Diálogos, a cônsul da Rússia em Belo Horizonte, Carolina Bernardes Machado de Oliveira Silva Emham, defendeu a rapidez dos estudos por se tratar de vacina urgente na contenção da pandemia e de a Rússia ter pesquisas de ponta na área de vacinas. Ela explica que a grande dificuldade está no fato de o governo federal não ter centralizado as negociações para aquisições de suprimentos anti-covid, fazendo com que cada estado negocie diretamente com os países.

Na prática, ao flexibilizar as negociações entre os estados com países, o governo federal não assumiu ter que negociar com Estados Unidos e China ao mesmo tempo em que teria também que negociar com a Grã-Bretanha e Rússia, o que poderia ser desconfortável para a diplomacia brasileira. "Embora o Brasil tenha boas relações diplomáticas com todos esses países que estão na frente das pesquisas, detrás dessa relação diplomática, de dar essa autonomia aos estados, de certa forma favoreceu que cada um tenha que tomar a atitude de correr atrás e nem todo estado tem essa competência, essa habilidade. Por outro lado, foi justamente por isso que o Paraná acabou conseguindo sair na frente aqui no Brasil", explica Carolina.

Ela conta que a negociação com o Paraná contou com intensa intermediação do cônsul naquele estado, que acabou obtendo boas vantagens para sediar a produção da vacina. Ela contou que em Minas Gerais, até pelo alinhamento ao governo federal, as negociações têm sido mais lentas. Já houve reuniões com a Secretaria da Saúde, a FAPEMIG (agência de fomento à pesquisa do estado), mas sem muito avanço. Uma das apostas é de uma empresa mineira que já manifestou interesse em produzir e distribuir a vacina e que aguarda a liberação do RDIF.

A Cônsul destaca que o Brasil é estratégico para a Rússia, que entende que precisa do país como parceiro. E que estar no BRICS (grupo de países

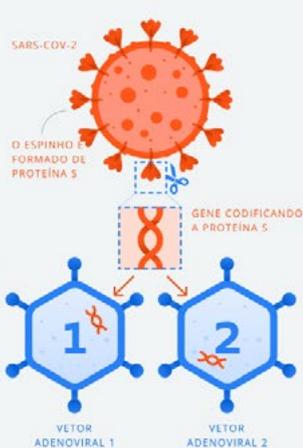
de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) pode ser muito bom para o Brasil, mas é preciso que o país encare estar nesse bloco como uma oportunidade de internacionalização, transferência de tecnologia, investimento e desenvolvimento de pesquisa.

Vacina de dois vetores de coronavírus

Criação de um vetor

Um **vetor** é um vírus que não possui um gene para reprodução e é usado para transportar material genético do vírus contra o qual a vacina está sendo produzida a uma célula. A vacina é baseada no vetor de adenovírus que normalmente causa infecções virais respiratórias agudas.

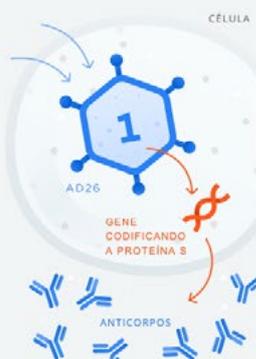
Um gene que codifica a **proteína S** dos espinhos do vírus SARS-CoV-2 é inserido em cada vetor. Os espinhos formam a "coroa" da qual o vírus recebeu o nome. Com a ajuda de espinhos, o vírus SARS-CoV-2 entra na célula.



Primeira vacinação

O **vetor** com o gene que codifica a **proteína S** do coronavírus entra na célula.

O corpo sintetiza a **proteína S**, em resposta, a produção de **imunidade** é iniciada.

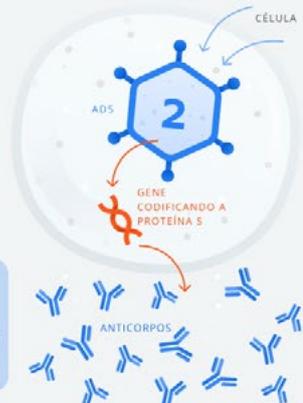


Segunda vacinação

A revacinação ocorre 21 dias depois.

A vacina baseada em um vetor adenoviral diferente, desconhecido ao corpo, estimula a resposta imunitária do corpo e garante uma imunidade de longo prazo.

O uso de dois vetores é uma tecnologia única do Centro Gamaleya e distingue a vacina russa de outras vacinas baseadas em vetores de adenovírus em desenvolvimento no mundo.



Editora: Elena Kalinina, Designer-chefe: Yevgeny Tarasenko, Diretor: Aleksei Drozdov, Diretor artístico: Denis Zolotarev
Fonte: Centro Gamaleya, RFPL 2020

SPUTNIK

*SPUTNIK-V

O nome da vacina russa Sputnik-V é uma referência ao primeiro satélite artificial colocado em órbita pelo homem em 1957. Essa iniciativa russa derrotou os americanos na primeira etapa da corrida espacial estabelecida durante a Guerra Fria, entre os anos 1945 a 1991.

A vacina russa é de vetor: o material genético do vírus é transportado por um vírus inócuo, que não consegue se reproduzir (vírus “não replicante”), com o intuito de estimular a produção de anticorpos contra o COVID-19.

Os participantes do experimento se isolaram ao se voluntariarem para receber a vacina, a fim de evitar contágio prévio por coronavírus. Após a inoculação, eles permaneceram em dois hospitais russos por 28 dias. A versão congelada foi ministrada

no hospital Burdenko, que é uma agência do Ministério da Defesa, e incluiu militares. A versão liofilizada foi testada na Universidade Sechenov apenas com voluntários civis.

Os efeitos colaterais relatados pelos pacientes não foram considerados graves: temperatura alta (50%), dor de cabeça (42%), falta de energia (28%) e dores em juntas e músculos (24%). Os sintomas são semelhantes aos de outras vacinas do tipo.

Para avaliar a eficácia da vacina, os cientistas compararam o plasma dos voluntários inoculados com o de pessoas infectadas. Segundo eles, a resposta de anticorpos foi maior entre as amostras dos vacinados.

Com Reuters e BBC.

A Guerra das Vacinas – Oxford AstraZeneca

Vacina de Oxford tem “respostas imunológicas robustas”, informa Financial Times

Desenvolvida por cientista da Universidade de Oxford, a vacina AZC1222 teve sua patente repassada para a farmacêutica britânica-sueca AstraZeneca em abril para um trabalho conjunto de produção. Ela é considerada uma das mais promissoras. Chegou a ter sua fase de testes três interrompida depois que um voluntário apresentou reação grave. Mas foi retomada nos Estados Unidos, poucos dias antes da divulgação desses dados, depois de comprovada sua segurança por parte de uma comissão de ética.

Notícia divulgada no dia 26 de outubro, pelo jornal britânico Financial Times, diz que a vacina gera uma resposta robusta na imunidade entre idosos e adultos numa faixa etária mais jovem, entre 18 e 55 anos. A notícia havia sido comentada pela cientista-chefe da Organização Mundial da Saúde (OMS), Soumaya Swaminathan, no último dia 19, quando disse que a “boa notícia” é que “algumas vacinas em desenvolvimento estão mostrando resultado muito positivos em imunização de pessoas idosas” e que “é

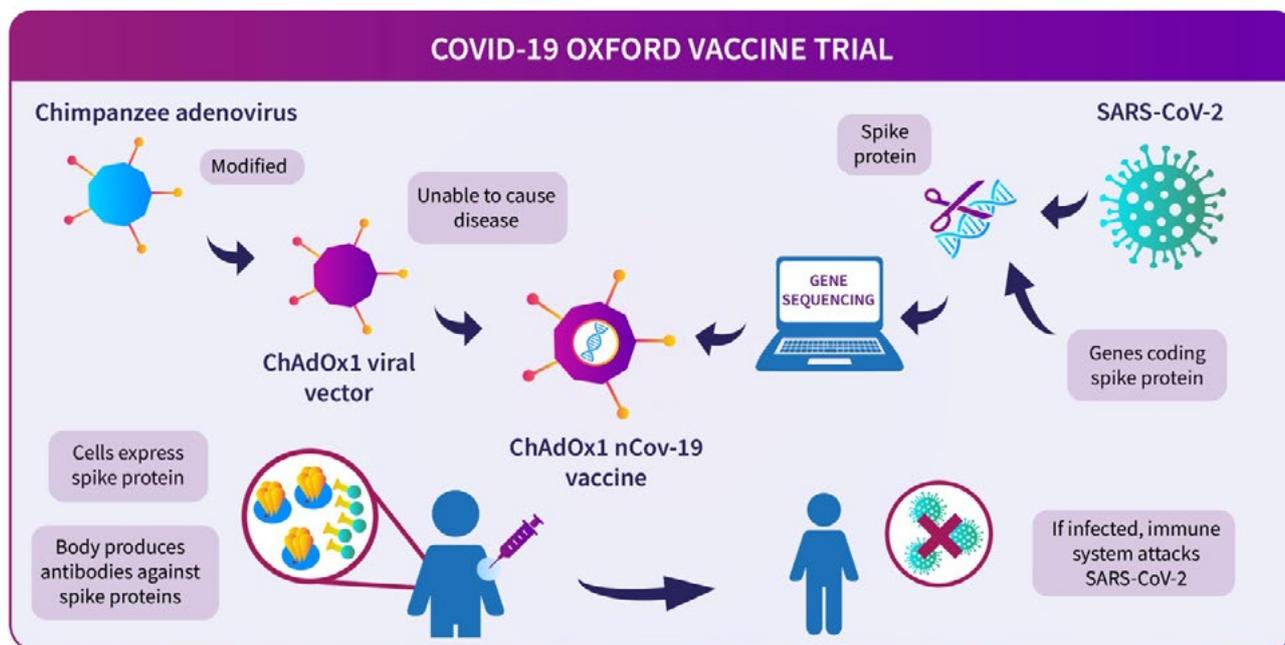
Capa

importante protegê-los com vacinas”. Segundo o Financial Times, a vacina desencadeia anticorpos que protegem os mais idosos, grupo considerado prioritário em uma primeira fase de vacinação. Os resultados dos testes são preliminares. No Reino Unido, a vacina foi testada em pessoas com idades de 56 a 69 anos e em um segundo grupo, com idosos de 70 anos ou mais. A informação foi discutida pelo pesquisador Andrew Pollard, um dos coordenadores do estudo na universidade, em uma conferência.

Na semana anterior foi divulgado que um voluntário brasileiro que participava dos testes havia morrido de COVID-19. Ele teria tomado um placebo (substância inativa). A Fiocruz, parceira brasileira na aplicação dos teste e fabricação da vacina, informou que os testes são randomizados de forma que uma parte dos voluntários recebem o placebo e outra parte a vacina com a substância ativa. Além de aleatório os testes também são “duplo-cego”, ou seja, nem os pesquisadores nem os voluntários sabem quem recebeu ou não a

vacina. O grupo que não recebe a vacina, chamado de “grupo de controle”, possibilita aos cientistas compararem os resultados obtidos de forma a verificar as reações e a eficácia da vacina.

O acordo entre Fiocruz e AstraZeneca foi anunciado em 27 de junho pelo Ministério da Saúde, resultado da cooperação entre o governo brasileiro e o britânico. Um acordo de encomenda tecnológica, assinado em agosto, garantiu acesso a 100 milhões de doses do insumo da vacina, das quais 30 milhões de doses entre dezembro e janeiro e 70 milhões ao longo dos dois primeiros trimestres de 2021. Segundo a Fiocruz, a vacina será produzida por Bio-Manguinhos e distribuída pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), que atende o Sistema Único de Saúde (SUS). O acordo com a AstraZeneca permite, além da incorporação tecnológica desta vacina, o domínio de uma plataforma para desenvolvimento de vacinas para prevenção de outras enfermidades, como a malária.



Infográfico Oxford

Capa

A Guerra das Vacinas – Janssen, BioNTech / Pfizer e Moderna

Janssen

A vacina Ad26.COV2.S, da Janssen-Cilag, braço farmacêutico da Johnson & Johnson, foi a quarta a receber autorização da ANVISA para efetuar testes da fase três. No mês de agosto, a empresa foi autorizada a recrutar 7.560 voluntários em dez estados e mais o Distrito Federal. A Janssen vai testar 60 mil pessoas com uma única dose, no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, África do Sul e Estados Unidos. Os locais foram escolhidos pela alta incidência da COVID-19.

No último dia 23 de outubro a empresa comunicou que vai retomar os testes, autorizados pelo FDA, depois que o conselho independente de monitoramento e segurança de dados recomendou a volta das atividades por não ter detectado relação entre um efeito adverso em um dos voluntários e a vacina. Os testes da fase três tinham sido paralisados em 12 de setembro.

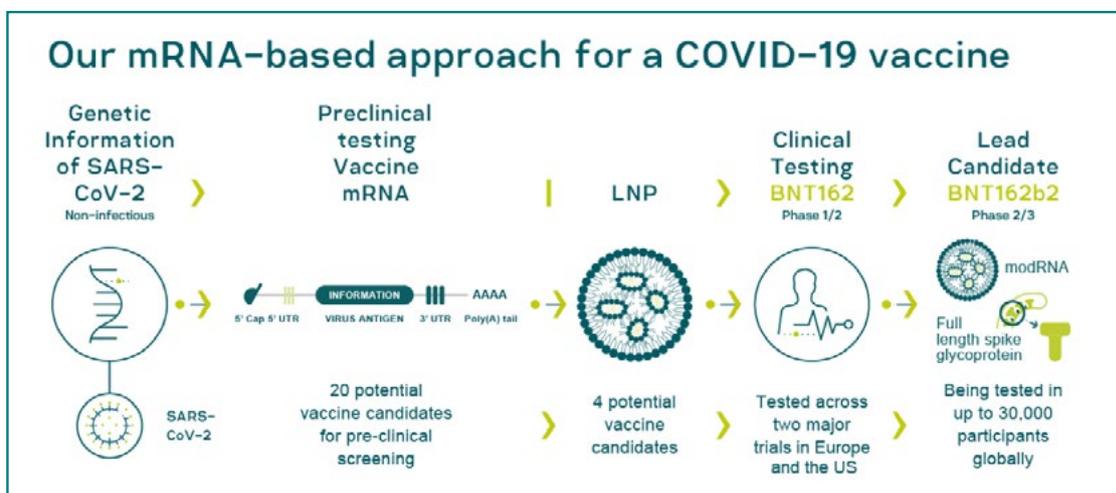
BioNTech/Pfizer

A Pfizer e a BioNTech anunciaram ainda em março o acordo para desenvolver e distribuir conjuntamente, exceto na China, uma vacina baseada em mRNA contra a COVID-19, a BNT162b2. O projeto conta com a parceria da farmacêutica chinesa Fosun Pharma. Os testes clínicos foram iniciados em abril. A vacina tem como base o RNA mensageiro, que objetiva produzir as proteínas antivirais no corpo do indivíduo.

No dia 6 de outubro a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) começou a avaliar os estudos laboratoriais da vacina e pode acelerar a aprovação do imunizante. A Pfizer e a BioNTech pediram ao FDA autorização para aumentar o número de testes no mundo de 30 para 44 mil em voluntários. No Brasil, mil pessoas na Bahia e em São Paulo serão testadas. Também há testes com a vacina sendo executados nos EUA, na Argentina e na Alemanha.

Moderna

A farmacêutica americana Moderna está testando a mRNA-1273, considerada uma das vacinas mais promissoras contra a Covid-19. O imunizante, que apresentou resultados positivos em suas fases iniciais, é desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Alergias e Doenças Infecciosas (NIAID), liderado pelo infectologista Anthony Fauci. Ele é considerado o principal membro no âmbito epidemiológico da força tarefa do governo dos EUA contra a pandemia. Feita a partir do RNA do Sars-CoV-2, com uma das tecnologias mais avançadas existentes, a compra de 80 milhões de doses da vacina está sendo negociada com a Comissão Europeia (ANSA). A vacina americana também se baseia no DNA mensageiro. A princípio, toda a produção da Moderna será dedicada ao mercado interno americano para garantir a vacinação da população do país.



Infográfico mRNA BioNTech



Foto: Unsplash

A Guerra das Vacinas – A geopolítica e RelGov

A Geopolítica das Vacinas e a importância estratégica das RelGov

Todos os países envolvidos na corrida pelas vacinas, como vimos, mais que buscar uma saída para o fim da pandemia e garantir acesso ao imunizante, têm grandes interesses estratégicos baseados no poderio que os acordos de produção e compra das vacinas podem proporcionar. Quem sair na frente garante vantagens competitivas importantes.

Tendo por base o conflito comercial China x EUA, que se acirrou em 2020, a Rússia se coloca como uma terceira via para que os países possam comercializar a vacina sem se comprometer ou, de certa forma, tomar partido de chineses ou

americanos. Os russos têm interesse em parceria de comercialização e produção da vacina com o Oriente Médio (sobretudo Arábia Saudita) e Índia, que poderia vir a ser distribuidora do imunizante para o Sudeste Asiático. Há também interesse na Coreia do Sul, mas a parceria para fabricação pode ser dificultada por interesses geopolíticos já que aquele país é grande aliado americano e, portanto, potencial comprador ou parceiro dos EUA. Na lista de interesses russos entram ainda África, países da antiga União Soviética e América Latina que têm relações comerciais muito significativas com China e Estados Unidos.

Capa



Foto: Unsplash

A China, embora com empresas privadas também pesquisando a vacina, de alguma forma detém o crivo das rotas de interesse, já que o Partido Comunista tem controle sobre tudo o que é produzido na República. Países que compõem o acordo da nova Rota da Seda (*One Belt, One Road*), cinturão e rota de ambiciosa infraestrutura regional e global que envolve a Eurásia e tem países estratégicos como Cazaquistão e Paquistão nos extremos, deverão garantir o acesso mais fácil à vacina. A rota e o domínio do imunizante também atuam de forma a enfraquecer a Índia. Desde o início da pandemia a China, que era a maior fornecedora de ingredientes farmacêuticos ativos para a potente indústria farmacêutica indiana, uma das maiores do mundo, passou a concentrar os fármacos internamente para sua autossuficiência, incentivando a indústria farmacêutica local. Ela pretende abastecer seu próprio mercado e atingir um poderio similar ao da indústria indiana. A medida também é reflexo do acirramento das relações com os americanos por conta da tecnologia, sobretudo da supremacia da Huawei, no 5G, e da Tik-Tok, como rede social mundial.

Por outro lado, a produção de medicamentos cria um cinturão de proteção à China que deixa de depender de medicamentos indianos, americanos e europeus. Além do mais, a Índia tem o Paquistão como rival na área da Caxemira e rivalidade com a China por causa de interesses na independência do Tibet: a Índia tem interesse em avançar sobre o Himalaia mas, para os chineses, o Tibet é estratégico por ser o berço de seus dois

principais rios na região: o Yang-tse-Kiang (rio Azul) e o Hoangho (rio Amarelo), responsáveis por quase 30% da água da China. Por outro lado, a China tem investimentos em um porto no Paquistão, por interesse em ter uma rota alternativa em caso de conflito, por causa da disputa com os outros nove países com quem divide fronteira pelo mar sul, em que o Estreito de Malaca é o ponto mais crítico. Com a vacina, os chineses poderiam amenizar os riscos de conflito e desenvolver o diálogo, ao mesmo tempo em que evitariam que americanos e europeus pudessem abastecer a região com imunizantes. Já os Estados Unidos, embora tenham acordo com a AstraZeneca e com a Pfizer, investem na vacina da Moderna para abastecer unicamente o mercado interno. Assim, 500 milhões de doses da vacina imunizariam a população norte-americana permitindo que o governo possa guardar o excedente dos outros laboratórios para estoque futuro ou contrabalancear o fornecimento para diminuir a influência russa ou chinesa.

Neste jogo altamente complexo de estratégias geopolíticas, o Brasil se encontra numa posição peculiar: ao dar autonomia para os estados negociarem diretamente com os países fabricantes, o governo federal não se coloca em conflito com o interesse de nenhuma das potências mundiais. E por ser um mercado amplo e estratégico na América Latina, é “objeto de desejo” da China, da Rússia, dos Estados Unidos e da Europa. Um imenso campo de atuação estratégica de RelGov no âmbito do governo federal, das farmacêuticas e dos entes federados.

Não perca os benefícios de ser associados de um *think tank* especializado em relações governamentais.

Seja um associado IRELGOV pessoa física ou pessoa jurídica.

Consulte-nos!

irelgov@irelgov.org.br

The logo for irelgov features the word "irelgov" in a white, lowercase, serif font. A small teal circle is positioned above the letter "i".

Eleições nos EUA

Trump versus Biden: Mas e o Brasil?



Roberta Braga, Vice Diretora, Adrienne Arsht Latin America Center, Atlantic Council



Valentina Sader, Diretora Assistente, Adrienne Arsht Latin America Center, Atlantic Council.

Além da pandemia da COVID-19, o ano de 2020 será lembrado também por eleições históricas nos Estados Unidos. A disputa presidencial entre o atual presidente americano, Donald Trump, e o candidato democrata e ex-vice-presidente, Joe Biden, já é considerada uma das mais acirradas e importantes dos últimos tempos... e nem o Brasil escapou dessa disputa.

O Brasil e os Estados Unidos têm uma relação de cooperação e parceria de longa data. Nos últimos anos, a aproximação entre os dois países atingiu um patamar ilustre, considerado o mais próximo da atualidade.

Como fruto dessa sinergia foi assinado o acordo de Salvaguardas Tecnológicas de Alcântara, avançando cooperação bilateral científica e tecnológica. O Brasil também recebeu apoio dos Estados Unidos para ingressar na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as duas maiores economias das Américas concluíram as negociações de um pacote comercial bilateral, assinado em 19 de outubro, que engloba facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e medidas anticorrupção.

Mas 2020 também revelou preocupações americanas em relação ao Brasil. A disputa eleitoral dos últimos meses esclareceu as prioridades de cada candidato e suas estratégias quanto à política externa voltada para a América Latina e para o Brasil.

Se por um lado, a política externa de Trump se baseia no princípio do America First, por outro, Biden propõe uma abordagem mais colaborativa junto a aliados americanos e organizações internacionais.

Trump busca controlar a questão migratória para os Estados Unidos, principalmente da América Central e do México, impondo medidas para reduzir a entrada de imigrantes ilegais nos Estados Unidos, incluindo a construção de um muro na fronteira com o México. Biden, por sua vez, pretende auxiliar o desenvolvimento econômico e segurança desses países para que a migração não seja necessária. O meio ambiente também se tornou um ponto de discórdia importante durante essa disputa. Trump apoia o fortalecimento das indústrias de petróleo e gás do país e propõe reverter regulamentações ambientais democráticas, enquanto Biden adotou a proteção

Artigo

ambiental como uma de suas principais bandeiras, buscando levar os Estados Unidos a zerar suas emissões de carbono até 2050, além de propor alto investimento em áreas verdes, incluindo investimento em infraestrutura, transporte e indústrias automotivas, entre outros. E foi nesse quesito, já no primeiro debate, que o Brasil foi envolvido nessa disputa.

O candidato democrata afirmou que disponibilizaria ajuda ao Brasil para o controle das queimadas e proteção da Amazônia, mas condenou as políticas ambientais do país, dizendo que haveria retaliações, caso a floresta não fosse protegida. Em junho de 2020, congressistas democratas membros do Comitê de Assuntos Tributários (*Ways and Means*) já haviam criticado a postura do governo brasileiro em relação a proteção ambiental e dos direitos humanos, quando enviaram uma carta ao representante comercial dos Estados Unidos, Robert Lighthizer, opondo-se às negociações comerciais em curso entre Brasil e Estados Unidos.

Assim, independente de quem vença, essas eleições serão consequentes para o Brasil e definirão o futuro dessa parceria. A menos de três semanas das eleições, o contexto é de extrema polarização e incerteza quanto ao futuro dos Estados Unidos após 3 de novembro.

Nas últimas eleições presidenciais americanas, em 2016, o cenário era parecido. Pesquisas de intenção de votos apontavam a candidata democrata e ex-secretária de Estado, Hillary Clinton, como favorita. Apesar da vitória por voto popular da democrata (que recebeu cerca de 2,8 milhões de votos a mais que Trump), o então candidato republicano venceu no colégio eleitoral, o que, pelo sistema eleitoral americano, o elegeu presidente dos Estados Unidos.

Em 23 de outubro, no fechamento deste artigo, as pesquisas indicavam que Trump, ainda que muito popular junto a sua base eleitoral, aparece atrás de Biden nas pesquisas de intenções de votos, inclusive em estados chaves (*swing states* que costumam oscilar em como votam: republicanos ou democratas), como é o caso da Florida (com alto número de eleitores latinos), Wisconsin, Pensilvânia e Michigan. Apesar de Biden liderar as pesquisas, há grande preocupação do lado democrata de repetir o feito de 2016.

Mas alguns fatores diferenciam as eleições presidenciais de 2016 e 2020. A pandemia da COVID-19 é com certeza um deles. Mais de 216 mil americanos morreram em razão da pandemia e muitos eleitores responsabilizam o governo americano pela situação crítica do país.

“Independente de quem seja eleito, relações econômicas bilaterais mais estreitas com o Brasil são benéficas para ambos os países, especialmente no atual cenário de recessão econômica e recuperação pós-COVID-19.”

Apesar da cooperação ser natural e há muito almejada, o Brasil não deve subestimar as dificuldades das relações bilaterais nos próximos anos, independente de quem seja o presidente americano. O Brasil precisará continuar ganhando espaço e se estabelecendo como parceiro estratégico dos Estados Unidos, mas esforços para reestabelecer uma relação diplomática pragmática e polir a imagem do Brasil no exterior serão dobrados na presidência Biden.

Diversidade e Inclusão

A Diversidade, Mulheres, Pretas e Pretos em RelGov



Cibele Perillo



Verônica Hoe



Leon Rangel

Os últimos meses foram bastante atípicos e desafiadores. Com um volume grande de trabalho e muita adaptação na forma de se relacionar com o poder público, os profissionais de RIG tiveram que inovar para desenvolverem suas atividades de forma virtual. O número crescente de normas (decretos, portarias e decisões do setor público) no contexto da pandemia provocaram o surgimento de iniciativas de impacto relevante para o universo de RIG, unindo os profissionais em redes e fortalecendo ainda mais as conexões da nossa comunidade. Esse fortalecimento foi visto especialmente na pauta de Diversidade e Inclusão.

Movimentos coletivos nasceram no momento em que a colaboração e a cooperação foram cruciais para o desenvolvimento das atividades de RIG. Esses movimentos aproximaram pessoas com propósitos semelhantes e impulsionaram a rede que visa empoderar algumas maiorias historicamente minorizadas: as mulheres, os pretos e pretas e os LBTQI+. Em destaque, três coletivos que simbolizam a busca por maior representatividade e inclusão destes grupos no mercado de RIG:

Dicas – Mulheres em RIG: Logo no início da intensa movimentação virtual de trocas e colaboração entre os profissionais de RIG, em março foi fundado o grupo “*Dicas – Mulheres em RIG*”. O objetivo das co-fundadoras Giuliana Franco, Cibele Perillo, Carolina Venuto, Francine Moor, Gabriela

Santana e Lana Gomes, inicialmente, era desprezioso: facilitar dicas de serviços em Brasília. Porém, o grupo desenvolveu-se de maneira acelerada, ainda que espontânea, e cresceu em número de participantes, em diversidade de perfis e em ambições. Hoje, o *Dicas* é um poderoso movimento de mais de 600 mulheres unidas pela política e pelas Relações Institucionais e Governamentais.

É importante frisar que o *Dicas* não foi o primeiro coletivo de mulheres em RIG. Antes dele surgir, dois grupos – *O RelGov Por Elas* e o *MRG – Mulheres em RelGov* – já cumpriam a importante missão de promover *networking* e trocas de informações profissionais entre mulheres. E, com a constituição de mais uma rede e círculo de confiança, mais mulheres foram incluídas no universo de relações governamentais.

De fato, a inclusão e pluralidade são as maiores premissas do *Dicas*: o movimento conta com mulheres com diferentes níveis de experiência profissional, desde iniciantes até aquelas com mais de 30 anos de trajetória; com profissionais de empresas privadas e também de órgãos públicos, entidades de classe ou terceiro setor e com representantes de fora do eixo Brasília-São Paulo, como Minas Gerais e Santa Catarina, por exemplo. A diversidade está no DNA do *Dicas* e nos espaços de discussão há bastante abertura para trocas, sem preconceito. Para amplificar a voz do grupo, já

Artigo

foram realizados 10 webinários ao longo dos últimos meses, com diferentes temas, sempre escalando mulheres do grupo como debatedoras.

O objetivo maior é muito simples, o que não significa que seja sempre fácil: dar visibilidade e aumentar o número de mulheres nos espaços públicos, especialmente em RIG. Nesse sentido, temos atualmente um fato inédito: duas mulheres à frente das duas instituições representativas de RIG no Brasil, Carol Venuto presidindo a ABRIG e Suelma Rosa presidindo o IRELGOV. É um marco a se comemorar. Ainda com muitos espaços para conquistar, o *Dicas* pretende ser instrumento para trazer para o presente o futuro que desejamos.

Pretas e Pretos em RelGov: coletivo antirracista de profissionais de relações governamentais que surgiu de conversas entre amigos sobre o quanto a profissão de RIG é pouco diversa, quando se trata de diferentes etnias (ao refletir, há grandes dificuldades de identificar pessoas negras em cargos de liderança na profissão de RIG); e, pouco inclusiva, dado os requisitos de contratação, muitas vezes, excludentes.

Para fomentar a discussão e propor ações para mudar esse cenário, Verônica Hoe e Creomar de Souza se uniram, formaram um primeiro grupo de *whatsapp* e hoje, 4 meses depois, importantes ações já foram implementadas, como um webinário para estimular a discussão da questão racial no universo RIG e um guia de empregabilidade (em elaboração).

O principal objetivo do coletivo é colaborar construtivamente com a transformação do perfil étnico-racial da indústria de Relações Institucionais e Governamentais. O coletivo é um espaço seguro para o diálogo sobre os impactos do racismo sobre este mercado, bem como um proponente de ideias e políticas institucionais antirracistas nas práticas de RIG e em áreas correlatas.

Formando uma rede de D&I, o coletivo espera colaborar e receber a colaboração das ações de diversidade e inclusão do IRELGOV. Ao se uni-

rem para fortalecer a agenda, iniciativas dessa natureza somam e é a soma de cada uma dessas ações que mudará o perfil da profissão.

Diversidade em RIG: também um coletivo criado recentemente com o objetivo de ser um espaço de compartilhamento e conexão, em especial entre a comunidade LGBTQI+ com atuação em RIG e governo.

Embora nos últimos anos tenham surgido alguns coletivos de gênero e raça no universo de RIG, ainda faltava um espaço dedicado aos LB-TQI+. Diversas conversas entre colegas da profissão mostravam essa realidade, uma percepção de que havia uma comunidade trabalhando em RIG, mas que se desconhecia e que não estava mapeada. Assim, Leon Rangel e Gabriel Borges criaram o coletivo justamente para ter esse espaço onde profissionais de RIG possam se conhecer, compartilhar conteúdo, ideias e experiências. Acima de tudo, permitir também um mapeamento ainda que informal do cenário LGBTQI+ no universo de RIG e promover a união de colegas de profissão que compartilham de uma mesma realidade pessoal.

O nome Diversidade em RIG veio justamente do potencial de intersecção entre as várias pautas identitárias – afinal, independentemente de gênero e raça, por exemplo, os indivíduos podem também ser LB-TQI+.

O coletivo possui hoje projetos bem estruturados à parte do sucesso do grupo para promover trocas de informação e um espaço comum aos profissionais. Já visualizando a jornada do grupo, a ideia é que organicamente o coletivo ganhe força e bons projetos sejam criados e levados adiante, especialmente aqueles voltados para aumentar a representatividade formal dos LB-TQI+ em RIG, inclusive na alta liderança.

Autores: Cibele Perillo (*Dicas – Mulheres em RIG*), Verônica Hoe (*Pretas e Pretos em Relgov*) e Leon Rangel (*Diversidade em RIG*)

Novos Associados IRELGOV

O IRELGOV dá as boas vindas aos seus 50 novos associados pessoa física

Anna Beatriz Almeida Lima	AT&T	São Paulo	SP
Caroline Neves Camargos	ECCO Consultoria	Brasília	DF
Douglas Thiago Lara Gonçalves	KPMG	São Paulo	SP
Ulisses Jorge Soares Martins	TOTAL E&P do Brasil Ltda	Niterói	RJ
Patrícia Serral Coelho	Consultora Independente	São Paulo	SP
Marília Moreira Garcez	Ministério da Economia	São Paulo	SP
Roberta Carolina C. T. Rios Bosco Soares	Gabinete do Dep. Distrital Leandro Grass	Brasília	DF
Verônica Moreira Horner Hoe Lopes	Oxiteno	São Paulo	SP
Fernanda da Costa	ABIFINA	Rio de Janeiro	RJ
Mauro Borges de Castro	ANFAVEA	Brasília	DF
Beatriz Gusmão Sanches Pereira	Sebrae SP	São Paulo	SP
Ibiapaba De Oliveira Martins Netto	CitrusBR	Itapecerica da Serra	SP
Maria da Glória de Amaral Merendi	Volkswagen do Brasil	São Paulo	SP
Irina Frare Cezar		São Paulo	SP
Lariana Mungai Von Atzingen	Expedia Group	Jundiaí	SP
Nayana Nadler Rizzo Sampaio		São Paulo	SP
Rafael André Laurino	Aliança Pesquisa Clínica Brasil	São Paulo	SP
Bruno Ferreira da Paixão	Controladoria Geral do Estado de Goiás	Cruzeiro	DF
Leonardo Di Paula Gomes Cruz	Leonardo Cruz Advogados	Recife	PE
Patrícia Lopes Nepomuceno Dias	FIRJAN - Federação das Indústrias do RJ	Brasília	DF
Raul Mitsuyuki Hara	Capgemini Brasil	São Paulo	SP
Renato de Souza Dias	Ranking dos Políticos	São Paulo	SP
Tatiana Martins Porto	Bayer - Pharma	Brasília	DF
Gabriela de Almeida Bolcero	BMJ Consultores Associados	Brasília	DF
Renata Brandão Vasconcellos	Brazil-US Business Council	Washington	DC
Rosana dos Santos Galvão	Dell	São Paulo	SP
Juliana Azevedo Cruz	Consultora	Rio de Janeiro	RJ
Marcus Nazareth Peçanha	Ministério do Meio Ambiente	São Paulo	SP
Pablo Silva Cesário	CNI - Confederação Nacional da Indústria	Brasília	DF
Raquel Batista de Almeida	ATVOS	São Paulo	SP
Stephane Samudio Fonseca Santos	Speyside Group	São Paulo	SP
Afonso Lamounier Júnior	SAP	São Paulo	SP
Juliano Miguel Braga Griebeler	Cogna Educação	Brasília	DF
Diego Vinicius Pereira Martins	IntelClouds Consulting	Brasília	DF
Júlia Nicolau Butter	Federação das Indústrias do Estado do RJ	Rio de Janeiro	RJ
Matheus Albuquerque Fontes	Dharma Political Risk and Strategy	Brasília	DF
Ligia Cristina Pimentel	Varian Medical Systems	Brasília	DF
Aylla Emelly Kipper Eidt Assis Correa	Grupo Lwart	Bauru	SP
Bruno Jorge Soares	ABDI	Brasília	DF
Flavia Gabriella Dyckerhoff	Advogada	Teresópolis	RJ
Ana Luiza Hudson		São Paulo	SP
Roseli Maria Garcia	Boa Vista SCPC	São Paulo	SP
Caique Cardoso Alberto	Edelman	São Paulo	SP
Mauricio José Caires Doro	MZ Consult	São Paulo	SP
Beatriz Rosati Gagliardo	Philip Morris Brasil	Brasília	DF
Marcos Antonio Goncalves Mandacaru	Governo do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG
Laércio Chaves Martins	3M do Brasil	São Paulo	SP
Larissa Pereira De Melo		São Paulo	SP
Mariana Polidório Machado	Instituto Sonho Grande	Brasília	DF
Rogério Oliva Cortez	CONSULTE Relações Governamentais	Brasília	DF

Novos Associados IRELGOV PJ

O IRELGOV dá as boas vindas aos seus novos associados pessoa jurídica!

TSC BRASIL (TSC Brasil Inteligência Artificial Eireli)	Rio de Janeiro	RJ
Amalia Del Carmen Casas de Las Peñas Del Corral - Gerente Geral América Latina		
Matheus Monteiro da Palma - Client Success Manager		
BSA The Software Alliance (Business Software Alliance do Brasil)	São Paulo	SP
Antonio Eduardo Mendes da Silva (Pitanga) - Country Manager - Brazil	São Paulo	SP

ANUNCIE AQUI!

Este espaço bem como outros da revista agora vão receber seu anúncio! Mostre que sua empresa apoia esta publicação e a difusão de informação.

Diálogos
irelgov

Entre em contato e saiba mais: irelgov@irelgov.org.br

Somos um Think Tank:

- Produzimos e difundimos conhecimento estratégico sobre relações governamentais e políticas públicas.
- Apoiamos o debate democrático, desvinculado de ideologias, que amplie a capacidade da sociedade de influenciar as decisões políticas.
- Promovemos discussões e debates sobre temas estratégicos para a sociedade.
- Uma rede de profissionais e especialistas que contribui para o desenvolvimento brasileiro de forma transparente e democrática.
- Uma rede de profissionais que debate e promove ações para melhorar a decisão de políticas públicas.
- Inclusivo, diverso, empreendedor, inovador e constantemente voltado ao aprimoramento profissional.